



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ERICA MAIRA TANAKA

ESTUDO COMPARATIVO DO REGIME TRIBUTÁRIO PARA ENQUADRAMENTO DE
EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E REVENDEDORA DE PEÇAS PARA
PROCESSOS INDUSTRIAIS

CURITIBA

2020

ERICA MAIRA TANAKA

ESTUDO COMPARATIVO DO REGIME TRIBUTÁRIO PARA ENQUADRAMENTO DE
EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E REVENDEDORA DE PEÇAS PARA
PROCESSOS INDUSTRIAIS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão Contábil e Tributária.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA

2020

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar o regime tributário mais adequado para enquadramento de uma empresa do setor de fornecimento de equipamentos e serviços para processos industriais. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada uma metodologia de pesquisa descritiva e exploratória quanto ao seu objetivo, e para a abordagem do problema foi utilizada uma pesquisa qualitativa. Quanto ao procedimento, utilizou-se do estudo de caso. Foram identificados os regimes tributários vigentes e mapeados os principais tributos incidentes na empresa selecionada para definir seu enquadramento tributário e demonstrado de forma consubstanciada a opção mais vantajosa para empresa adotar como regime tributário. Dentro da revisão de literatura, foram verificados conceitos de tributos, quem tem poder de tributar, quem está sujeito ao recolhimento de imposto de renda da pessoa jurídica, as definições de contribuição social e a definição dos regimes tributários vigentes: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado. Por meio do estudo de caso, foram levantadas as seguintes características da empresa: principais clientes, fornecedores, sua estrutura contábil financeira, principais transações, alíquotas e fato gerador de seus impostos. Foi realizada simulação de apuração dos impostos para definição do melhor regime tributário no qual a empresa deve se enquadrar, por meio da simulação o regime mais vantajoso por hora é o Simples Nacional, mas este resultado não pode ser dado como situação permanente. Sendo necessário sempre promover avaliação tributária da empresa tendo em vista a continuidade da empresa, bem como seu crescimento na busca do aumento dos lucros.

Palavras-chave: Regime Tributário; Simples Nacional; Lucro Presumido; Lucro Real.

ABSTACT

This work aimed to identify the most appropriate tax regime to fit a company in the sector of supplying equipment and services for industrial processes. For the development of the work, a descriptive and exploratory research methodology was used as to its objective, and for the approach of the problem, a qualitative research was used. As for the procedure, we used the case study. The prevailing tax regimes were identified and the main taxes levied on the selected company were mapped to define its tax framework and demonstrated in a substantiated way the most advantageous option for the company to adopt as a tax regime. Within the literature review, concepts of taxes were verified, who has the power to tax, who is subject to the payment of corporate income tax, the definitions of social contribution and the definition of the current tax regimes: Simples Nacional, Profit Presumed, Real Profit and Arbitrated Profit. Through the case study, the following characteristics of the company were raised: main customers, suppliers, its financial accounting structure, main transactions, rates and taxable event. A tax calculation simulation was carried out to define the best tax regime in which the company should fit, by means of the simulation the most advantageous regime per hour is Simples Nacional, but this result cannot be given as a permanent situation, being necessary always promote tax assessment of the company with a view to the continuity of the company, as well as its growth in the pursuit of increased profits..

Keywords: Tax Regime; Simple national; Presumed profit; Real profit.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OPÇÃO SIMPLES NACIONAL	25
FIGURA 2 – PGDAS - D.....	26

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PARTE A DO LALUR	48
QUADRO 2 – PARTE B LALUR PREJUÍZO 1º TRIMESTRE 2020	48
QUADRO 3 – CÁLCULO DO IRPJ LUCRO LÍQUIDO TRIMESTRAL.....	49
QUADRO 4 – PARTE B LALUR LUCRO 1º TRIMESTRE 2020	49
QUADRO 5 – SOMA DE FATURAMENTO EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO DE ME E EPP	19
TABELA 2 – QUEM ESTÁ IMPEDIDO DE OPTAR PELO SIMPLES NACIONAL	20
TABELA 3 – ATIVIDADES IMPEDIDAS DE INGRESSAR NO SIMPLES NACIONAL	22
TABELA 4 – ANEXO I SIMPLES NACIONAL - COMÉRCIO.....	27
TABELA 5 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO I	28
TABELA 6 – ANEXO II SIMPLES NACIONAL - INDÚSTRIA.....	28
TABELA 7 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO II	29
TABELA 8 – ANEXO III DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS	29
TABELA 9 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO III	30
TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DE ISS ANEXO III.....	31
TABELA 11 – ANEXO IV DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS	31
TABELA 12 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO IV	31
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DE ISS ANEXO IV	32
TABELA 14 – ANEXO V DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS.....	32
TABELA 15 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO V.....	33
TABELA 16 – ALÍQUOTAS IRPJ E CSLL	35
TABELA 17 – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DA BASE DO IMPOSTO DE RENDA	36
TABELA 18 – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	39
TABELA 19 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO PRESUMIDO	39
TABELA 20 – PERCENTUAIS PARA ARBITRAMENTO DA RECEITA NÃO CONHECIDA.....	42
TABELA 21 – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO IRPJ E CSLL LUCRO ARBITRADO – RECEITA CONHECIDA	43
TABELA 22 – ALÍQUOTAS IRPJ E CSLL LUCRO ARBITRADO.....	45
TABELA 23 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO PRESUMIDO	45
TABELA 24 – TABELA DE ALÍQUOTAS CSLL LUCRO REAL.....	50
TABELA 25 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO REAL.....	51

TABELA 26 – ALÍQUOTAS E PLANILHAS DO SIMPLES NACIONAL - COMÉRCIO (VIGÊNCIA: 01/01/2018).....	58
TABELA 27 – ALÍQUOTAS E PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL - RECEITAS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO RELACIONADOS NO § 50-C DO ART. 18 DESTA LEI COMPLEMENTAR (VIGÊNCIA: 01/01/2018).....	58
TABELA 28 – DADOS PARA CÁLCULO DO VALOR DO SIMPLES NACIONAL.....	59
TABELA 29 – RECEITA BRUTA ACUMULADA.....	60
TABELA 30 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE VENDAS.....	60
TABELA 31 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE VENDAS.....	61
TABELA 32 – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL – RECEITA DE VENDAS.....	61
TABELA 33 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	62
TABELA 34 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	62
TABELA 35 – PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ISS EXCEDENTE.....	62
TABELA 36 – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	63
TABELA 37 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO I.....	64
TABELA 38 – PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DE BASE ICMS SIMPLES NACIONAL	66
TABELA 39 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO III.....	66
TABELA 40 – VALORES DEVIDOS DE ICMS ANTECIPAÇÃO – COMPRA DE MERCADORIAS IMPORTADAS	68
TABELA 41 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO PRESUMIDO.....	69
TABELA 42 – SIMULAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO	70
TABELA 43 – APURAÇÃO DO ICMS NORMAL	70
TABELA 44 – APURAÇÃO DO ICMS ANTECIPAÇÃO 4%.....	71
TABELA 45 – TRIBUTOS A RECOLHER LUCRO PRESUMIDO	71
TABELA 46 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO REAL....	72

TABELA 47 – SIMULAÇÃO DO LUCRO REAL	73
TABELA 48 – RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO.....	73
TABELA 49 – RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS	74
TABELA 50 – APURAÇÃO VALOR A RECOLHER PIS E COFINS.....	74
TABELA 51 – TRIBUTOS A RECOLHER LUCRO REAL	75
TABELA 52 – COMPARATIVO DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS	76
TABELA 53 – PERCENTUAL DE TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA	76
TABELA 54 – COMPARATIVO DO ICMS E ICMS ANTECIPAÇÃO	77
TABELA 55 – SEGREGAÇÃO DA RECEITA.....	79
TABELA 56 – MARGEM LÍQUIDA PROPORCIONADA PELA SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	81
TABELA 57 – TOTAL DA RECEITA EM CASO DE AUMENTO DE 20%	82

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COFINS – Contribuição para Fins Sociais

CPP – Contribuição Patronal Previdenciário

CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional

EPP – Empresa de Pequeno Porte

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISS – Imposto Sobre Serviço

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real

LC – Lei Complementar

ME – Microempresa

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS – Programa de Integração Social

RICMS/PR – Regulamento de Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços do Estado do Paraná

RIR – Regulamento do Imposto de Renda

RBT12 – Receita Bruta Acumulada dos últimos doze meses

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVAS	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE TRIBUTOS	12
2.1.1 Poder de tributar	12
2.1.2 Tributos	14
2.1.3 Fato gerador	15
2.1.4 Os tributos em espécie	15
2.1.5 Imposto	16
2.1.6 Taxa	16
2.1.7 Contribuição de melhoria	17
2.1.8 Base de cálculo	17
2.2 REGIMES TRIBUTÁRIOS	18
2.2.1 Simples nacional	18
2.2.2 Lucro presumido	34
2.2.3 Lucro presumido arbitrado	40
2.2.4 Lucro real	47
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	53
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	53
3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA	53
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS	54
3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES	54
4 ESTUDOS DE CASO APLICADOS À EMPRESA ALFA	56
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPRESA	56

4.1.1 Principais clientes	56
4.1.2 Principais fornecedores	56
4.2 REGIME TRIBUTÁRIO ATUAL DA EMPRESA	56
4.2.1 Estrutura contábil financeira	57
4.2.2 Alíquotas aplicadas.....	57
4.2.3 Base de cálculo.....	63
4.2.4 Fato gerador	64
4.3 DADOS DA APURAÇÃO SIMPLES NACIONAL	64
4.4 SIMULAÇÃO DE APLICAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO	68
4.5 SIMULAÇÃO DO LUCRO REAL.....	71
4.6 COMPARAÇÃO ENTRE TRÊS REGIMES TRIBUTÁRIOS	75
4.7 ANÁLISE, DISCUSSÃO E JUSTIFICATIVA.	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	83

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 3º, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, microempresas são aquelas que no decorrer do ano calendário faturaram menos que 360 mil reais e as empresas de pequeno porte são as que no ano calendário faturam entre 360 mil e 4,8 milhões de reais. Apesar de a referida legislação fixar normas gerais relativas ao tratamento diferenciado a Micro e Pequenas empresas, inclusive quanto a tributação e recolhimento dos impostos na forma do Simples Nacional, nada impede que tais empresas optem por outros regimes tributários mais vantajosos para redução da carga tributária.

Diante dos impasses apresentados para continuidade da empresa, como a lenta recuperação da economia brasileira ou concorrência do ramo de atividade em que atua, um Planejamento Tributário adequado pode trazer condições para que o empresário possa aumentar seus lucros e reduzir seus custos. O planejamento tributário nada mais é que um aparato legal para minimizar o pagamento de tributos. Sendo assim, é necessário que este seja executado por um profissional habilitado, respeitando as legislações vigentes e objetivando a economia tributária por meio da elisão fiscal. Um planejamento tributário almeja utilizar da melhor forma possível os benefícios oferecidos pela legislação tributária, presando sempre pela aplicação correta dos procedimentos fiscais aplicados a empresa no setor em que ela atua.

O planejamento tributário poder ser utilizado nas empresas de pequeno e grande porte. No entanto, para este estudo de caso, foi analisada empresa que correspondem ao faturamento entre 360 mil a 4,8 milhões. Este planejamento é o principal instrumento empresarial para uma empresa competir no mercado onde está inserida, além de exigir atenção a legislação vigente sobre os negócios, necessita do registro de atos e fatos da entidade realizados pela contabilidade, que além de auxiliar os empresários na tomada de decisões, serve de base para o planejamento. Levando em consideração a importância do Planejamento Tributário para redução de custos, por

meio de simulações, para uma empresa dedicada ao fornecimento de instrumentos, equipamentos e serviços para processos industriais, qual seria o regime de tributação mais adequado para enquadramento?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o regime tributário mais adequado para enquadramento de empresa do setor de fornecimento de equipamento e serviços para processos industriais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os regimes tributários vigentes;
- b) Mapear os principais tributos incidentes pela empresa estudada para definir o enquadramento; e
- c) Demonstrar de forma consubstanciada a opção mais vantajosa para empresa adotar o regime tributário.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O presente trabalho aborda os principais regimes tributários atualmente vigentes no Brasil, bem como as possibilidades de suas aplicabilidades, além de realizar um mapeamento dos principais tributos incidentes sobre a atividade de fornecimento de materiais e prestação de serviços para máquinas de processos industriais, visando entender sobre suas obrigações acessórias e custos gerados sobre suas operações, e por meio de simulações realizar Planejamento Tributário que possibilite a empresa reduzir a carga tributária.

Diante do atual cenário econômico brasileiro, visar a continuidade da empresa está focada na redução de custo, buscando o aumento do lucro e prosperidade dos negócios. Essa economia pode resultar em novos investimentos e captação de novos

clientes. Um planejamento tributário torna a estratégia empresarial mais competitiva e proporciona condições de sobrevivência no mercado no qual ela está inserida.

Este estudo tem como objetivo contribuir com desenvolvimento pessoal e profissional da autora, a fim de aprimorar a qualidade dos serviços prestados, além contribuir como fonte de pesquisa aos que almejem saber mais sobre o assunto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta abordagem destacam-se os tópicos: aspectos conceituais sobre tributos; regimes tributários; imposto de renda da pessoa jurídica; contribuição social sobre o lucro líquido.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE TRIBUTOS

Para os aspectos conceituais de tributos são abordados os seguintes temas: poder de tributar; tributos; fato gerador; os tributos em espécie; impostos; taxas; contribuição de melhoria; e base de cálculo.

2.1.1 Poder de tributar

Conforme o código tributário nacional (CTN), Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, em seu artigo 3º, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, assim o tributo deve ser pago em dinheiro, não sendo aceito como pagamento bens ou prestação de serviços em troca da quitação dos mesmos. A vontade do sujeito passivo de almejar pagar o tributo é indiferente para a sua incidência, já que, uma vez realizado o fato que tem previsão na norma tributária, nasce, automática e inegavelmente, a obrigação tributária, não podendo ser alvo de tributação atos ou fatos que não sejam ilícitos pois a base para a cobrança de tributos só pode surgir sobre ato e fatos que não infrinjam a lei. Os tributos estão divididos em: imposto, taxas e contribuição de melhoria.

Para compreensão do sistema tributário atual é necessário entender os aspectos conceituais dos tributos, já que conforme mencionando em Crepaldi (2019, p. 1826) “[...] O Sistema Tributário Brasileiro é composto por 61 tributos federais, estaduais e municipais”. Carlin, (2014, p.33), transcreve que “[...] a tributação pode ser definida como uma união de governante e governados para estabelecerem regras e vínculos”.

A atividade financeira do Estado de arrecadar tributo está associada ao Poder de tributar, poder esse, assim como o de legislar, de julgar, executar leis, policiar é essencialmente político e permanentemente ligado ao poder-dever de agir impositivamente para respeitar os direitos e garantias fundamentais.

Conforme o CTN, em seu artigo 3º define que o poder de tributar é unilateral e vinculado, por força da constituição, ao Estado, o que faz com que o tributo seja imposto ao seu destinatário. (CREPALDI, 2019, p.726).

A relação entre fisco e o contribuinte não pode ser entendida apenas como uma manifestação de poder e sim como uma relação jurídica de legalidade emanada de um Estado de Direito Democrático, legitimado pelo povo, conforme estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, onde esse poder de tributar é delegado a República Brasileira, uma federação que é composta por ordens jurídicas parciais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) que exercem o poder de tributar segundo rígida demarcação de suas competências constitucionais de acordo com o quadro geral de competência tributária prevista pela Constituição Federal, a competência de tributar não significa apenas instituir, mas também arrecadá-lo e fiscalizá-lo.

A majoração e instituição tributária só pode se dar por meio de lei, função atribuída aos entes da federação, ou seja, ao Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme emanado pelo artigo 9º do CTN.

A competência tributária, artigo 6º do CTN, pode ser classificada segundo vários critérios, observando-se que o Estado exercita sua competência tributária na instituição dos impostos, das contribuições e das taxas, percebendo se a manifestação da competência tributária extraordinária e ordinária. Na forma ordinária temos a competência exercida pela regularidade, ou seja, no curso normal das coisas, já a competência tributária extraordinária é exercida de forma excepcional, artigo 79º Seção II do CTN. No entanto no âmbito de competências há de se falar ainda em privativa ou exclusiva, artigos 21 e 22 do CTN. Na competência privativa a União pode delegar aos Estados e Municípios a competência tributária, já na exclusiva o mesmo não pode ocorrer.

Ao observar a Constituição Federal de 1988 encontramos nos artigos 153 e 154 os impostos de Competência da União, no artigo 155 os de competência dos membros

da federação e do Distrito Federal e no artigo 156 os de competência dos Municípios, todos impostos ordinários e privativos. Porém, é necessário observar que, por exemplo, as taxas e as contribuições de melhoria, podem ser instituídas por todos os entes da federação, não que eles possam tributar o mesmo fato gerador, mas esse seria um tributo de competência comum ou seja, não privativos.

A competência extraordinária é privativa da União já que se refere aos empréstimos compulsórios, previstos no artigo 148 da CF 1988, além de impostos e contribuições residuais e impostos de guerras.

2.1.2 Tributos

Segundo Ricardo Alexandre, (2016, p.40) “[...] é impossível não perceber a redundância na afirmação: prestação pecuniária em moeda cujo valor nela possa exprimir, já que prestações pecuniárias são justamente em moeda.”

O tributo conforme o CTN é uma receita derivada, imposta por lei, sendo irrelevante a vontade das partes, credor ou devedor, ainda que conforme o artigo 5 da CF/1988, inciso II, apenas a Lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo. Sendo no caso da competência tributária, a Lei a forma direta e imediata da formação do sujeito passivo, regra da obrigatoriedade e a não voluntariedade.

O tributo não deve constituir sanção de ato ilícito, artigo 3º CTN, já que existe diferença entre tributos e multas, apesar de ambos serem receitas derivativas. É uma prestação que só pode ser instituída por lei, seja ela complementar, ordinária ou ato normativo de força igual como o a Medida Provisória. Como a lei é aprovada por representantes do povo, levando em consideração o princípio democrático, pode se afirmar que pela teoria, o povo paga apenas os tributos que aceita pagar, e sua cobrança por se tratar de prestação compulsória, não pode ser analisada como conveniente ou não, a cobrança deve ser feita de maneira vinculada sem qualquer margem de discricionariedade ao administrador.

Quanto a incidência dos tributos: tem-se os vinculados, onde o fato gerador é uma atividade estatal específica vinculada ao contribuinte como as taxas (CF/1988 artigo 145, II) e as contribuições de melhorias e os não vinculados, onde o fato gerador

é independente de qualquer atividade estatal, sendo assim todos os impostos seriam de natureza não vinculada já que seu fato gerador independe da atividade do estado (CTN, artigo 16).

2.1.3 Fato gerador

Fato Gerador conforme conceito definido nos artigos 114 e 115 do CTN é a situação prevista na Lei que faz nascer a obrigação tributária.

Carlin (2014, p.57), explica que fato gerador “[...] em termos de tributação, podemos entender como sendo “acontecimento de algo”, que estaria previsto de ser tributado em legislação específica.”

Sendo que a Legislação que propõem o tributo deve atender aos princípios de legalidade, economicidade e causalidade. Um bom exemplo seria o Impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, o IPTU, onde o nascimento da obrigatoriedade tributária se dá por meio da propriedade, ou seja, da posse de imóvel localizado na Zona Urbana.

2.1.4 Os tributos em espécie

Conforme citado por Alexandre (2016) apesar da controvérsia sobre a classificação de tributos, há quatro correntes que se destacam. A dualista, que afirma que as espécies tributárias seriam impostos e taxas. A tripartide onde a dualista se acrescentam as contribuições de melhoria. A tretapartide que acrescenta ao grupo os empréstimos compulsórios. A pentapartide que acrescenta ao grupo de tributos as contribuições especiais.

O CTN em seu artigo 5, adota uma teoria de tripartide, já que dispõem sobre os tributos e os classificam como, impostos, taxas e contribuições de melhoria.

2.1.5 Imposto

Imposto de acordo com o CTN, é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Sua instituição compete à União, aos Estados e aos Municípios.

A exigibilidade de impostos é regida por uma série de critérios para legitimidade da cobrança. Existem princípios que devem ser respeitados como o princípio da justiça, da legalidade; isonomia ou igualdade; capacidade contributiva; vedação ao confisco, irretroatividade entre outros princípios que regulam a prática da competência tributária.

É possível que se aplique impostos majorados para desestimular o consumo de certos seguimentos, como tabaco ou álcool, ou até mesmo reduzir ou trazer a alíquota zero impostos que possam estimular determinado setor econômico, como automotivo.

Os impostos podem ser diretos ou indiretos. São diretos quando a arrecadação parte diretamente do contribuinte, como o imposto de renda. Os indiretos são os que mais afetam os consumidores, apesar de não serem recolhidos por eles, os impostos indiretos recaem sobre a maior parte do que consumimos, como PIS, COFINS ou ICMS, impostos estes que afetam diretamente o preço de venda ofertado aos consumidores.

2.1.6 Taxa

As taxas conforme artigo 77 do CTN podem ser instituídas e cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou colocado a sua disposição.

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública, que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público visando à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, e ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, a tranquilidade pública ou ao respeito a propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Como exemplos pode-se citar: a taxa de coleta de lixo, a taxa de iluminação pública, taxa judiciária, entre outras que se encaixarem nos requisitos apresentados.

2.1.7 Contribuição de melhoria

Conforme o artigo 81 do CTN, contribuição de melhoria é cobrada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É instituída em decorrência de custos de obras públicas que incorram valorização imobiliária e tem como limite de cobrança o total do custo da obra. Para isso deverá observar os requisitos mínimos como, dispostos no artigo 82 do CTN:

I - Publicação prévia dos seguintes elementos:

- a) Memorial descritivo do projeto;
- b) Orçamento do custo da obra;
- c) Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) Delimitação da zona beneficiada;
- e) Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial. (artigo 82 do CTN)

Como exemplo pode-se citar a contribuição de melhoria cobrada no caso de asfaltamento de rua que antes não era asfaltada, uma obra pública que viabiliza a valorização do imóvel.

2.1.8 Base de cálculo

Base de Cálculo nada mais é que, o montante monetário sobre o qual se aplicam as alíquotas para cálculos de impostos a pagar. Em geral compõe a base de cálculo o valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas, porém os mesmos podem sofrer acréscimos ou reduções conforme legislação vigente para apuração do imposto em questão. A Constituição Federal proíbe que as taxas tenham base de cálculo própria de impostos (art. 145, § 2.º). Já o Código Tributário Nacional dispõe que a taxa não pode

ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondem ao imposto (art. 77, parágrafo único).

Se o tributo é vinculado, sua base de cálculo está ligada ao valor da atividade anteriormente exercida pelo Estado, sendo idealmente a mensuração econômica dessa atividade; se é não vinculado, a base de cálculo é uma grandeza econômica desvinculada de qualquer atividade estatal.

Como exemplo de base de cálculo de tributo vinculado pode-se citar a contribuição de melhoria, que é uma base vinculada a uma contraprestação do estado. E como exemplo de tributo não vinculado pode-se citar o IPTU, que tem como base de cálculo o valor venal do imóvel, uma grandeza desvinculada de uma contraprestação do Estado.

2.2 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Assim como as pessoas físicas, as pessoas jurídicas passam por situações em que ocorrem fato gerador e o nascimento da obrigação tributária, os regimes tributários definem as premissas e alíquotas de tributação, as quais o faturamento e lucro da empresa, serão submetidos ao longo de um determinado ano.

A seguir apresenta-se os regimes tributários: simples nacional; lucro presumido; lucro arbitrado e lucro real.

2.2.1 Simples nacional

Os artigos 170, IX e 173, ambos da CF/1988, preveem tratamento diferenciado simplificado para empresas de médio e pequeno porte. Assim por meio da Lei Complementar 123/2006 foi instituído o Regime Simples Nacional e substituição ao Simples Federal que vigorou até 31 de julho de 2007.

Anteriormente a definição para empresas de médio e pequeno porte, constava na lei 9.317/1996, no entanto a referida lei foi revogada por meio da Lei Complementar 123/2006, que atualmente sofreu alteração pela Lei Complementar 155/2016, sendo

assim para o enquadramento de Micro ou Pequenas empresas temos as seguintes definições conforme estabelecidas na Tabela 1.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

LEI Nº 9.317/96 –	Lei Complementar nº 123/06 –	Lei Complementar nº 123/06 –
SIMPLES	SIMPLES Nacional	SIMPLES Nacional
		Alterado pela lei Complementar 155/2016
(Art. 2º)	(Art. 3º)	(Art. 3º)
Consideram-se ME ou EPP:	Consideram-se ME ou EPP, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de PJ, conforme o caso, desde que:	Consideram-se ME ou EPP, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de PJ, conforme o caso, desde que:
ME: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);	ME: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);	ME: a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
EPP: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).	EPP: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).	EPP: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Fonte: Lei 9.317/1996 – LC 123/2006 e LC 155/2016

Como nota-se na Tabela 1, o fator de enquadramento da empresa como ME ou EPP está concentrado em seu faturamento, que hoje, devido as alterações introduzidas a LC 123/2006 pela LC 155/2016 é de 360 mil para as microempresas e de 360 mil a 4,8 milhões para as empresas de pequeno porte.

Segundo Alexandre (2016) o SUPERSIMPLES, como é chamado o Simples Nacional, não é um tipo de imposto e nem um tributo, também não configura isenção ou conjunto de benefícios, mas sim um regime jurídico simplificado e favorecido que tende a reduzir a carga tributária a que são submetidas a empresas de médio e pequeno porte, onde há o pagamento unificado de vários tributos.

A adesão ao regime não é de caráter obrigatório, no entanto para fazer uso do regime as empresas devem estar enquadradas como micro e pequenas empresas, ou seja, o faturamento bruto anual não pode ultrapassar 360 mil para as ME e 4,8 milhões para as EPP, há outras normas impostas na Lei Complementar 123/2006, a Tabela 2 traz as principais características que impossibilitam a adesão ao SUPERSIMPLES.

TABELA 2 – QUEM ESTÁ IMPEDIDO DE OPTAR PELO SIMPLES NACIONAL

(continua)

CONDIÇÃO	DESCRIÇÃO
Sem ato constitutivo	Que não tenha natureza jurídica de sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário individual
Faturamento acima de 4,8 milhões	Que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior ou no ano calendário em curso, receita bruta no mercado interno superior a R\$ 4.800.000,00 ou ao limite adicional de igual valor para exportação de mercadorias e serviços;
Faturamento acima de 400 mil no início de atividade	Que tenha auferido, no ano-calendário de início de atividade, receita bruta no mercado interno superior ao limite proporcional de R\$ 400.000,00 multiplicados pelo número de meses em funcionamento no período, inclusive as frações de meses, ou ao limite adicional de igual valor para exportação de mercadorias e serviços;
Participação na sociedade de outras empresas	De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
Representação no Brasil de empresas com sede no exterior	Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
Soma de faturamento de sócios afins	De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00;
Participação Societária de sócios em outras empresas	Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00;
Soma de faturamento de sócios afins em entidades sem fins lucrativos	Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00;
Cooperativas	Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
Empresa que participe do capital social de outras empresas	Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
Instituições financeiras	Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
Resultante de processo de cisão	Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 anos-calendário anteriores;

TABELA 3 – QUEM ESTÁ IMPEDIDO DE OPTAR PELO SIMPLES NACIONAL

(conclusão)

CONDIÇÃO	DESCRIÇÃO
Sociedades Anônimas	Constituída sob a forma de sociedade por ações;
Relação de personalidade dos sócios	Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade;
Atividade creditícia	Que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (<i>asset management</i>), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (<i>factoring</i>);
Sócio domiciliado no exterior	Que tenha sócio domiciliado no exterior;
Que possua sócio que seja órgão público	De cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
Que possua débitos previdenciários, federais, estaduais ou municipais	Que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
Serviços de transporte intermunicipal e interestadual	Que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores
Energia elétrica	Que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;
Importação e fabricação de automóveis e motocicletas	Que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;
Importação de combustíveis	Que exerça atividade de importação de combustíveis;
Produção e venda de cigarros e afins	Que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: cigarros, cigarilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes, cervejas sem álcool e bebidas alcoólicas (exceto, a partir de 2018, as produzidas ou vendidas no atacado por micro e pequenas cervejarias, micro e pequenas vinícolas, produtores de licores e Micro e pequenas destilarias);
Serviços de locação de mão de obra	Que realize cessão ou locação de mão-de-obra;
Incorporação de imóveis	Que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis;
Locação de imóveis	Que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS;
Sem CNPJ, inscrição estadual ou municipal conforme exigibilidade	Sem inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível;

Fonte: art. 3º, II, §§ 2º e 4º, e art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006

A empresa enquadrada no Simples Nacional venha a apresentar quaisquer das condições elencadas na Tabela 1, resultará na sua exclusão do Regime Simples Nacional.

Nem todas as atividades exercidas pelas micro e pequenas empresas podem optar pelo regime, ao longo dos anos várias atividades que inicialmente não poderiam fazer adesão ao regime foram incluídas, como o caso de serviços médicos, de engenharia, de contabilidade e as seguradoras, a Tabela 3, traz as atividades impedidas de ingressar ao Regime do Simples Nacional.

TABELA 4 – ATIVIDADES IMPEDIDAS DE INGRESSAR NO SIMPLES NACIONAL

(continua)

Subclasse CNAE 2.0	Denominação
1220- 4/01	Fabricação de cigarros
1220- 4/02	Fabricação de cigarilhas e charutos
1220- 4/03	Fabricação de filtros para cigarros
2092- 4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes
2550- 1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate
2550- 1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições
2910- 7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
3091- 1/01	Fabricação de motocicletas
3511- 5/01	Geração de energia elétrica
3511- 5/02	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica
3512- 3/00	Transmissão de energia elétrica
3513- 1/00	Comércio atacadista de energia elétrica
3514- 0/00	Distribuição de energia elétrica
4110- 7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários
4636- 2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos
4912- 4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
4922- 1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
4922- 1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
5310- 5/01	Atividades do correio nacional
6410- 7/00	Banco central
6421- 2/00	Bancos comerciais
6422- 1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial
6423- 9/00	Caixas econômicas
6424- 7/01	Bancos cooperativos
6424- 7/02	Cooperativas centrais de crédito
6424- 7/03	Cooperativas de crédito mútuo
6424- 7/04	Cooperativas de crédito rural
6431- 0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial
6432- 8/00	Bancos de investimento

TABELA 5 – ATIVIDADES IMPEDIDAS DE INGRESSAR NO SIMPLES NACIONAL

(continuação)

Subclasse CNAE 2.0	Denominação
6433- 6/00	Bancos de desenvolvimento
6434- 4/00	Agências de fomento
6435- 2/01	Sociedades de crédito imobiliário
6435- 2/02	Associações de poupança e empréstimo
6435- 2/03	Companhias hipotecárias
6436- 1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras
6437- 9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor
6438- 7/01	Bancos de câmbio
6438- 7/99	Outras instituições de intermediação não monetária não especificadas anteriormente
6440- 9/00	Arrendamento mercantil
6450- 6/00	Sociedades de capitalização
6461- 1/00	Holdings de instituições financeiras
6462- 0/00	Holdings de instituições não financeiras
6463- 8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings
6470- 1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários
6470- 1/02	Fundos de investimento previdenciários
6470- 1/03	Fundos de investimento imobiliários
6491- 3/00	Sociedades de fomento mercantil - <i>factoring</i>
6492- 1/00	Securitização de créditos
6499- 9/01	Clubes de investimento
6499- 9/02	Sociedades de investimento
6499- 9/03	Fundo garantidor de crédito
6499- 9/04	Caixas de financiamento de corporações
6499- 9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP
6499- 9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
6511- 1/01	Sociedade seguradora de seguros vida
6511- 1/02	Planos de auxílio-funeral
6512- 0/00	Sociedade seguradora de seguros não vida
6520- 1/00	Sociedade seguradora de seguros saúde
6530- 8/00	Resseguros
6541- 3/00	Previdência complementar fechada
6542- 1/00	Previdência complementar aberta
6611- 8/01	Bolsa de valores
6611- 8/02	Bolsa de mercadorias
6611- 8/03	Bolsa de mercadorias e futuros
6611- 8/04	Administração de mercados de balcão organizados
6612- 6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários
6612- 6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
6612- 6/03	Corretoras de câmbio
6612- 6/04	Corretoras de contratos de mercadorias
6612- 6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras
6619- 3/01	Serviços de liquidação e custódia
6619- 3/03	Representações de bancos estrangeiros
6619- 3/04	Caixas eletrônicos

TABELA 6 – ATIVIDADES IMPEDIDAS DE INGRESSAR NO SIMPLES NACIONAL

(conclusão)

Subclasse CNAE 2.0	Denominação
6810- 2/02	Aluguel de imóveis próprios
6810- 2/03	Loteamento de imóveis próprios
6911- 7/02	Atividades auxiliares da justiça
6912- 5/00	Cartórios
7820- 5/00	Locação de mão-de-obra temporária
7830- 2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
8112- 5/00	Condomínios prediais
8299- 7/04	Leiloeiros independentes
8411- 6/00	Administração pública em geral
8412- 4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais
8413- 2/00	Regulação das atividades econômicas
8421- 3/00	Relações exteriores
8422- 1/00	Defesa
8423- 0/00	Justiça
8424- 8/00	Segurança e ordem pública
8425- 6/00	Defesa civil
8430- 2/00	Seguridade social obrigatória
8550- 3/01	Administração de caixas escolares
9411- 1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais
9412- 0/01	Atividades de fiscalização profissional
9412- 0/99	Outras atividades associativas profissionais
9420- 1/00	Atividades de organizações sindicais
9430- 8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
9491- 0/00	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
9492- 8/00	Atividades de organizações políticas
9493- 6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
9499- 5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente
9900- 8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=48435>

A opção pelo regime deverá ser solicitada no site do Site Simples Nacional na área de serviços, aba de opção, conforme FIGURA 1:

FIGURA 1 – OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

The screenshot shows the website interface for 'SIMPLES NACIONAL'. The main navigation bar includes the logo, a search bar, and links for 'Início', 'Voltar', and zoom controls. Below the navigation bar, there are two main tabs: 'Simples Serviços' and 'Simei Serviços'. The 'Simples Serviços' tab is active, and the 'OPÇÃO' sub-tab is selected. A table titled 'Serviços Disponíveis' lists three services, with the first one highlighted by a red box.

Serviços Disponíveis	Código de Acesso	Certificado Digital
Solicitação de Opção pelo Simples Nacional	[Ícone de chave]	CPF - CNPJ
Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simples Nacional	[Ícone de chave]	CPF - CNPJ
Cancelamento da Solicitação de Opção pelo Simples Nacional	[Ícone de chave]	CPF - CNPJ

Fonte: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Servicos/Grupo.aspx?grp=t&area=1>

Para empresas em início de atividade, após efetuar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e obter as suas inscrições Estadual e Municipal, a empresa que desejar ingressar ao Simples Nacional produzindo efeitos retroativos à abertura do CNPJ, a ME ou a EPP deverá observar ao mesmo tempo dois prazos para realizar a solicitação de inscrição no simples nacional:

- até 30 dias contados do último deferimento de inscrição, seja a estadual ou a municipal,
- e data de abertura constante no cartão do CNPJ. Até 31 de dezembro de 2019 o prazo para opção era de até 180 dias contados da inscrição no CNPJ, porém a partir de 1º de janeiro de 2020 esse prazo passou a ser de até 60 dias contados da inscrição no CNPJ.

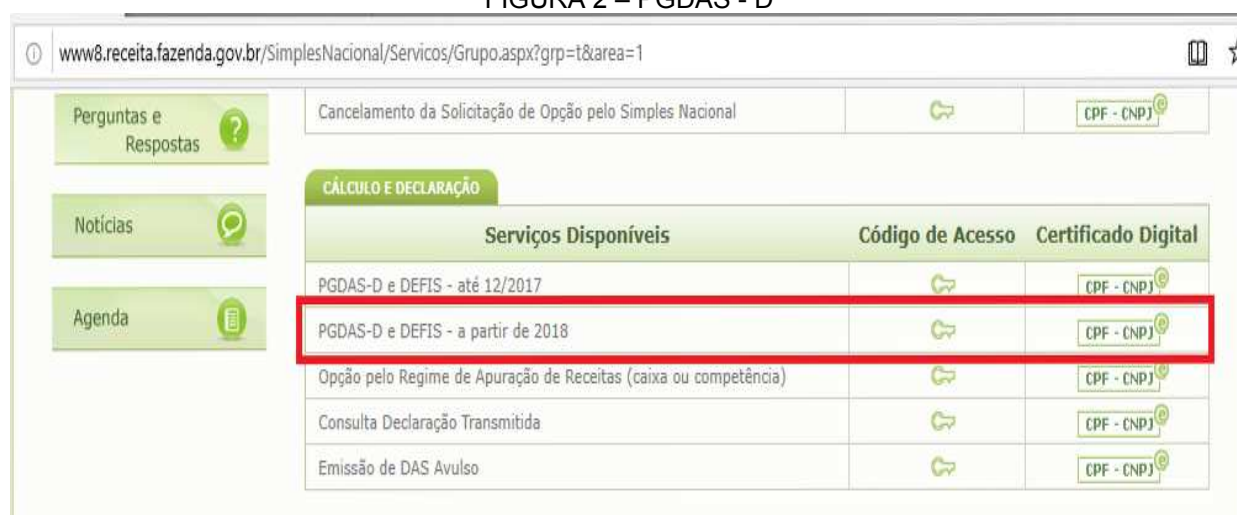
Quando não for o caso de início de atividade, a opção pelo Simples Nacional somente poderá ser realizada até último dia útil mês de janeiro, produzindo efeitos a

partir do primeiro dia do ano-calendário da opção de acordo com o art. 16, § 2º, da LC nº 123/2006.

De acordo com o Manual do Simples Nacional, a opção por este regime tributário é irretratável para todo o ano-calendário, podendo o optante solicitar sua exclusão, por opção, com efeitos para o ano-calendário seguinte. Porém, enquanto o pedido estiver “em análise”, ou seja, antes do seu deferimento, é possível solicitar seu cancelamento, desde que realizado no Portal do Simples Nacional dentro do prazo para a opção. Esta hipótese de cancelamento não se aplica às empresas em início de atividade de acordo com art. 6º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

A Lei Complementar nº 123/2006, determina que deve ser disponibilizado ao contribuinte, um sistema eletrônico para a realização do cálculo simplificado do valor mensal do Simples Nacional, atualmente esse sistema é o PGDAS-D, conforme FIGURA 2:

FIGURA 2 – PGDAS - D



Serviços Disponíveis	Código de Acesso	Certificado Digital
PGDAS-D e DEFIS - até 12/2017		CPF - CNPJ
PGDAS-D e DEFIS - a partir de 2018		CPF - CNPJ
Opção pelo Regime de Apuração de Receitas (caixa ou competência)		CPF - CNPJ
Consulta Declaração Transmitida		CPF - CNPJ
Emissão de DAS Avulso		CPF - CNPJ

Fonte: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Servicos/Grupo.aspx?grp=t&area=1>

A LC 155/2016, que altera a LC 123/2006, além da correção do valor de faturamento para enquadramento das empresas ME e EPP, trouxe nova metodologia e cálculo do valor devido dos tributos unificados a partir de janeiro de 2018, sendo assim o valor devido mensalmente por optantes do Simples Nacional é determinado mediante o cálculo da alíquota efetiva, a partir da aplicação das tabelas dos Anexos da Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o Manual do Simples Nacional, sessão de perguntas e respostas o cálculo da alíquota efetiva pode ser explicada conforme os passos abaixo:

1. O sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração (RBT12), não se deve confundir a Receita Bruta Acumulada (RBA) de janeiro até o período de apuração, que serve também para identificar se a empresa ultrapassou o limite máximo de receita bruta anual para ser uma EPP – e, conseqüentemente, permanecer no Simples Nacional.

Exemplo: considerando que o período de apuração (PA) é julho/2018, sua RBT12 é a soma da receita bruta de julho/2017 a junho/2018, enquanto sua RBA é a soma da receita bruta de janeiro/2018 a julho/2018.

2. Conhecida a RBT12, consulta-se, no Anexo em que devem ser tributadas as receitas, a faixa de receita bruta a que ela pertence. E, identificada a faixa de receita bruta, descobre-se a alíquota nominal e a parcela a deduzir.

Exemplo: sabendo-se que a RBT12 de determinada empresa é de R\$ 825.000,00, vê-se que, nos Anexos, esse valor está dentro da faixa de receita bruta que vai de R\$ 720.000,01 a R\$ 1.800.000,00. Se a receita for tributada pelo Anexo II, essa faixa corresponde à alíquota nominal de 11,20% e a parcela a deduzir de R\$ 22.500,00.

3. Conhecida a RBT12, a alíquota nominal e a parcela a deduzir, calcula-se a alíquota efetiva, que é o resultado de: $[(RBT12 \times \text{alíquota nominal}) - \text{parcela a deduzir}] / RBT12$.

Anteriormente às alterações introduzidas pela Lei Complementar 155/2016, não era necessário o cálculo de alíquota efetiva, os anexos traziam faixas de enquadramento, era necessário apenas conhecer a RBT12, ou seja, receita bruta acumulada dos últimos doze meses, para saber em qual faixa do Anexo a empresa estava enquadrada e quais alíquotas seriam aplicadas no rateio dos impostos.

De acordo com a nova redação dada pela LC 155/2006 os Anexos para cálculos do Simples Nacional apresentam-se conforme abaixo demonstrado.

A Tabela 4, traz o Anexo I vigente a partir de 01/01/2018.

TABELA 7 – ANEXO I SIMPLES NACIONAL - COMÉRCIO

	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

A Tabela 4, apresenta as faixas de enquadramento da receita bruta acumulada nos últimos doze meses para receitas advindas do Comércio.

A Tabela 5, traz o percentual de Repartição do Tributos dentro do Anexo I.

TABELA 8 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO I

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Assim no Anexo I, para os tributos, o valor devido do Simples Nacional será repartido conforme enquadramento em uma das seis faixas determinadas pela legislação, de acordo com os percentual de distribuição, além disso nota-se que os tributos que compõem o Anexo I do Comércio são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social, COFINS, PIS, Contribuição Patronal Previdenciária e ICMS.

A Tabela 6, traz o Anexo II vigente a partir de 01/01/2018.

TABELA 9 – ANEXO II SIMPLES NACIONAL - INDÚSTRIA

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

A Tabela 6, apresenta as faixas de enquadramento da receita bruta acumulada nos últimos doze meses para receitas advindas da Indústria.

A Tabela 7, traz o percentual de Repartição do Tributos dentro do Anexo II.

TABELA 10 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO II

(continua)

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos						
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	IPI	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%

TABELA 11 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO II

(conclusão)

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos						
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	IPI	ICMS
4ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
6ª Faixa	8,50%	7,50%	20,96%	4,54%	23,50%	35,00%	-

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Assim no Anexo II, para os tributos, o valor devido do Simples Nacional será repartido conforme enquadramento em uma das seis faixas determinadas pela legislação, de acordo com os percentual de distribuição, além disso nota-se que os tributos que compõem o Anexo II da Indústria são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social, COFINS, PIS, Contribuição Patronal Previdenciária e ICMS e por tratar de receita advinda de industrialização, neste Anexo inclui-se o IPI, Imposto sobre produtos industrializados.

A Tabela 8, traz o Anexo III vigente a partir de 01/01/2018.

TABELA 12 – ANEXO III DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS

	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	–
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

A Tabela 8 apresenta as faixas de enquadramento da receita bruta acumulada nos últimos doze meses para receitas advindas das de locação de bens móveis e de prestação de serviços não relacionados no § 5º-C do art. 18 da LC 123/2006, ou seja, os serviços de: agência terceirizada de correios; agência de viagem e turismo; centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga; agência lotérica; serviços de instalação, de reparos e de

manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais; transporte municipal de passageiros; escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C do artigo 18 da LC 123/2006; produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais; fisioterapia; corretagem de seguros; arquitetura e urbanismo; medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem; produção de efeito; odontologia e prótese dentária; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.

A Tabela 9 traz o percentual de Repartição do Tributos dentro do Anexo III.

TABELA 13 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO III

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%
2ª Faixa	4,00%	3,50%	14,05%	3,05%	43,40%	32,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50% (*)
6ª Faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	–

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Assim no Anexo III, para os tributos, o valor devido do Simples Nacional será repartido conforme enquadramento em uma das seis faixas determinadas pela legislação, de acordo com os percentual de distribuição, além disso nota-se que os tributos que compõem o Anexo III de Serviços são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social, COFINS, PIS, Contribuição Patronal Previdenciária e por tratar de receita advinda de prestação de serviços, neste Anexo inclui-se o ISSQN, Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Quanto ao ISSQN, cabe a observação que por força da Legislação Federal que regulamenta este imposto de arrecadação municipal, sua alíquota não poderá exceder 5% devendo na 5ª faixa, essa diferença ser distribuída de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual, de acordo com a Tabela 10:

TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DE ISS ANEXO III

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 14,92537%	Alíquota efetiva 5% x 6,02%	Alíquota efetiva 5% x 5,26%	Alíquota efetiva 5% x 19,28%	Alíquota efetiva 5% x 4,18%	Alíquota efetiva 5% x 65,26%	Percentual de ISS fixo em 5%

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 14,92537%, a repartição do ISS excedente será de acordo a Tabela 10.

A Tabela 11, traz o Anexo IV vigente a partir de 01/01/2018.

TABELA 15 – ANEXO IV DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

A Tabela 11 apresenta as faixas de enquadramento da receita bruta acumulada nos últimos doze meses para receitas advindas das receitas da prestação de serviços relacionados no § 5o-C do art. 18 da LC 123/2006, ou seja, os serviços de vigilância, limpeza ou conservação e serviços advocatícios; construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores.

A Tabela 12 o percentual de Repartição do Tributos dentro do Anexo IV.

TABELA 16 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO IV

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	17,67%	3,83%	44,50%
2ª Faixa	19,80%	15,20%	20,55%	4,45%	40,00%
3ª Faixa	20,80%	15,20%	19,73%	4,27%	40,00%
4ª Faixa	17,80%	19,20%	18,90%	4,10%	40,00%
5ª Faixa	18,80%	19,20%	18,08%	3,92%	40,00% (*)
6ª Faixa	53,50%	21,50%	20,55%	4,45%	-

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

De acordo com a Tabela 12, para os tributos, o valor devido do Simples Nacional será repartido conforme enquadramento em uma das seis faixas determinadas pela legislação, de acordo com os percentuais de distribuição, os tributos que compõem o Anexo IV são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social, COFINS, PIS e ISS. Nota-se que a CPP não está incluída na composição dos impostos e deverá ser calculada sobre a folha de pagamento da empresa.

No entanto, assim como o Anexo III, o anexo IV traz o ISSQN, e na 5ª faixa deverá realizar a distribuição do ISS excedente conforme Tabela 13:

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DE ISS ANEXO IV

Faixa	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 12,5%	Alíquota efetiva – 5%) x 31,33%	(Alíquota efetiva – 5%) x 32,00%	(Alíquota efetiva – 5%) x 30,13%	Alíquota efetiva – 5%) x 6,54%	Percentual de ISS fixo em 5%

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 12,5%, a repartição do ISS excedente será de acordo a Tabela 13.

A Tabela 14, traz o Anexo V vigente a partir de 01/01/2018.

TABELA 18 – ANEXO V DO SIMPLES NACIONAL - SERVIÇOS

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

A Tabela 14 apresenta as faixas de enquadramento da receita bruta acumulada nos últimos doze meses para receitas advindas da prestação de serviços relacionados no § 5º-I do art. 18 da LC 123/2006.

A Tabela 15 traz o percentual de Repartição do Tributos dentro do Anexo V.

TABELA 19 – PERCENTUAL DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS ANEXO V

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	ISS
1ª Faixa	25,00%	15,00%	14,10%	3,05%	28,85%	14,00%
2ª Faixa	23,00%	15,00%	14,10%	3,05%	27,85%	17,00%
3ª Faixa	24,00%	15,00%	14,92%	3,23%	23,85%	19,00%
4ª Faixa	21,00%	15,00%	15,74%	3,41%	23,85%	21,00%
5ª Faixa	23,00%	12,50%	14,10%	3,05%	23,85%	23,50%
6ª Faixa	35,00%	15,50%	16,44%	3,56%	29,50%	

Fonte: LC 123/2006 alterada pela LC 155/2016

Assim no Anexo V, para os tributos, o valor devido do Simples Nacional será repartido conforme enquadramento em uma das seis faixas determinadas pela legislação, de acordo com os percentuais de distribuição, além disso nota-se que os tributos que compõem o Anexo V são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social, COFINS, PIS, CPP e ISS.

No Anexo V, o ISSQN não ultrapassa 5%, não sendo necessária tabela de distribuição de ISS excedente.

Apesar do limite para enquadramento no Regime Simples Nacional ser de 4,8 milhões de faturamento nos últimos doze meses, vale lembrar que de acordo com as modificações introduzidas a LC 123/2006 pela LC 155/2016, o sublimite para o ISSQN e ICMS é de 3,6 milhões:

Art. 13-A. Para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite máximo de que trata o inciso II do caput do art. 3º será de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), observado o disposto nos §§ 11, 13, 14 e 15 do mesmo artigo, nos §§ 17 e 17-A do art. 18 e no § 4º do art. 19. (LC 123/2006)

Sendo assim, ultrapassado o limite de 3,6 milhões a pessoa jurídica passará a recolher o ICMS e ISSQN fora da apuração do Simples Nacional, ou seja, passará a fazer o recolhimento diretamente aos cofres dos agentes competentes desses tributos, ou seja, Estado e Município.

É importante lembrar que, apesar de haver tratamento diferenciado para as Micro e Pequenas empresas, principalmente na questão de obrigações acessórias entregue os órgãos da administração federal, municipal e estadual, as ME e EPPs deverão manter os livros fiscais e contábeis obrigatórios como: Livro Caixa; Livro

Registro dos Serviços Prestados; Livro de Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle, caso exigível pela legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais; Livros específicos pelos contribuintes que comercializem combustíveis; Livro Registro de Veículos, por todas as pessoas que interfiram habitualmente no processo de intermediação de veículos, inclusive como simples depositários ou expositores.

No entanto, a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional poderá, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, atendendo as disposições previstas no Código Civil e nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade de acordo com art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006.

Além disso deverá cumprir com as obrigações acessórias de emissão de documento fiscal sejam elas exigidas pelas normas federais, estaduais ou municipais.

2.2.2 Lucro presumido

De acordo com, Crepaldi, 2019, lucro presumido é uma modalidade prática para determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL das pessoas Jurídicas não obrigadas a Lucro Real. Com base na Instrução Normativa, 1700/2017, poderão optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme disposto no artigo 211 as pessoas jurídicas não enquadradas nas disposições contidas no art. 59

Art. 59º - São obrigadas ao regime de tributação do IRPJ com base no lucro real as pessoas jurídicas:

I - Cujas receitas totais no ano-calendário anterior tenham excedido o limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no período, quando inferior a 12 (doze) meses;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruem de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

- V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma prevista nos arts. 33 e 34;
- VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*); ou
- VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. (IN 1700/2017)

Sendo assim, podem optar pelo Lucro Presumido as empresas que por força da IN 1700/2017, não estejam obrigadas ao Lucro Real. O artigo 214 § 4º e 5º, traz ainda, que não podem optar pelo lucro presumido as pessoas jurídicas resultantes de evento de incorporação ou fusão enquadradas nas disposições contidas no art. 59.

De acordo com o § 3º do artigo 214 da IN 1700/2017 a opção pelo lucro presumido trimestral deverá ser manifestada com o pagamento da primeira quota ou cota única do imposto apurado no primeiro trimestre do ano calendário, sendo após o primeiro recolhimento, opção irretratável para o decorrer do ano calendário.

Para o Imposto de Renda, sua base de cálculo é definida conforme artigo 33, § 1, incisos I a IV da Instrução Normativa 1700/2017 e sua alíquota definida pelo artigo 29 da mesma Instrução,

Para a Contribuição Social, sua base de cálculo é definida conforme artigo 34, § 1 a 3, da Instrução Normativa 1700/2017 tendo sua alíquota definida conforme artigo 30, inciso I, II e III da mesma Instrução.

As alíquotas aplicadas para IRPJ e CSLL estão dispostas na Tabela 16:

TABELA 20 – ALÍQUOTAS IRPJ E CSLL

Imposto	Alíquota	Atividade
IRPJ	15%	Quaisquer atividades
CSLL	15%	Pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; distribuidoras de valores mobiliários; corretoras de câmbio e de valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimentos; sociedades de crédito imobiliário; administradoras de cartões de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; e associações de poupança e empréstimo;
CSLL	9%	Administradoras de mercado de balcão organizado; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação; empresas de fomento comercial ou <i>factoring</i> ; e demais pessoas jurídicas;
CSLL	20%	Nos casos de bancos de qualquer espécie e de agências de fomento

Fonte: Instrução Normativa 1700/2017

Os percentuais elencados na Tabela 16 dizem respeito inclusive as alíquotas aplicadas ao Lucro Real, para IRPJ e CSLL, no entanto, vale lembrar que as atividades creditícias, de fomento, *factoring* ou bancárias não podem optar pelo recolhimento do Imposto de Renda pelo Regime do Lucro Presumido e consequentemente nem da Contribuição Social.

A base de cálculo para o Imposto de Renda, nas empresas do Lucro Presumido, é determinada ao final de cada período de apuração, mediante a aplicação de percentuais fixados no artigo 15 da Lei nº 9.249/95, correspondentes à atividade exercida pela empresa, sobre a receita bruta auferida no trimestre, acrescentando ao resultado outras receitas, rendimentos e ganhos de capital, conforme artigo 25 da Lei nº 9.430/96. Na Tabela 17 estão apresentados os percentuais admitidos para presunção da base de cálculo do imposto de renda.

TABELA 21 – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DA BASE DO IMPOSTO DE RENDA

(continua)

Atividade Geradora de Receita	%	Pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral (Receita anual até R\$ 120.000,00)
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%	-
Venda de mercadorias e produtos (exceto revenda de combustível para consumo).	8%	-
Atividade Rural.	8%	-
Industrialização.	8%	-
Prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	8%	-
* Caso a prestadora desses serviços não seja organizada sob a forma de sociedade empresária e/ou não atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o percentual será de 32% (sem possibilidade de redução para 16%).		
Prestação de serviços de transporte de carga.	8%	-
Atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios	8%	-

destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda.		
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.	8%	-
Serviços de transporte (exceto o de cargas).	16%	-
Prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada.	32%	-

TABELA 22 – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DA BASE DO IMPOSTO DE RENDA

(conclusão)

Intermediação de negócios.		
* A atividade de Representação Comercial, por ser profissão regulamentada, não se beneficia da redução da presunção para 16%, segundo determina o relatório complementar da Solução de Consulta COSIT nº 200/2015.	32%	16%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	32%	16%
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.	32%	16%
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.	32%	16%
Coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte.	32%	16%
Operação de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas por Empresa Simples de Crédito (ESC), instituída pela Lei Complementar nº 167/2019.		
* As operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas pela ESC, deverá ser exclusivamente com recursos próprio, e somente para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que atuem no Município de sua sede e em Municípios limítrofes, ou, quando for o caso, no Distrito Federal e em Municípios limítrofes.	38,4%	-
Prestação de serviço não mencionada anteriormente.	32%	-

Fonte: Lei nº 9.249/95

Com relação as pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), será aplicado o percentual de 16%, acordo com a Lei nº 9.250/1995, artigo 40, e Lei nº 9.430/1996, art. 1º, no entanto, caso venha exceder o limite de 120 mil durante o ano, deverá recolher a

diferença dos impostos a cada trimestre, já para as prestadoras de serviço a alíquota de presunção da base é de apenas 32%, conforme apresentado na Tabela 17.

A base de cálculo da CSLL (resultado presumido) será determinada com base na aplicação dos percentuais de 12% ou 32% sobre a receita bruta auferida decorrente de atividades comerciais ou industriais e das prestações de serviços, respectivamente. (Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, artigo 215, § 1º). Na Tabela 18 estão apresentados os percentuais admitidos para presunção da base de cálculo da contribuição social.

TABELA 23 – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Atividade Geradora de Receita	%
Venda de mercadorias e produtos	12%
Atividade Rural.	12%
Industrialização.	12%
Prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	12%
*Caso a prestadora desses serviços não seja organizada sob a forma de sociedade empresária e/ou não atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o percentual será de 32%.	
Serviços de transporte, inclusive de carga.	12%
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.	12%
* Caso não seja aplicado na contratação por empreitada na modalidade total, com fornecimento, pelo empreiteiro, de todos os materiais indispensáveis à execução da obra, sendo tais materiais incorporados a obra, segundo a Solução de Consulta COSIT nº 08/2014 será aplicado 32%.	
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.	32%
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.	32%
Prestação de serviços, como limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais.	32%
Intermediação de negócios.	32%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	32%
Operação de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas por Empresa Simples de Crédito (ESC), instituída pela Lei Complementar nº 167/2019.	38,4%

*As operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas pela ESC, deverá ser exclusivamente com recursos próprio, e somente para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que atuem no Município de sua sede e em Municípios limítrofes, ou, quando for o caso, no Distrito Federal e em Municípios limítrofes.	
Prestação de serviço não mencionada anteriormente.	32%

Fonte: Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, artigo 215, § 1º

Ainda, conforme o artigo 588 do RIR/2018, o imposto sobre a renda com base no lucro presumido será determinado por períodos de apurações trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observado o disposto na Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º e art. 25.

A apuração pelo Lucro Presumido permite que suas receitas sejam reconhecidas perante ao fisco pelo regime de caixa, ou seja, o reconhecimento das receitas conforme seu recebimento, ou pelo regime de competência, todas as receitas, independente do seu recebimento. A opção entre regime de caixa ou competência é irretratável dentro do ano-calendário.

Em se tratando da tributação de COFINS e PIS, o Regime Lucro Presumido é cumulativo, ou seja, não permite a recuperação de créditos desses impostos, sendo aplicadas as alíquotas básicas conforme determinado nas leis 10.637/2002 e 10.883/2003, de acordo com a Tabela 19.

TABELA 24 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO PRESUMIDO

Imposto	Alíquota
PIS	0,65%
COFINS	3%

Fonte: Lei 10.637/2002 e 10.883/2003

Para o ISSQN a pessoa jurídica enquadrada no Lucro Presumido, prestadora de serviços deverá seguir o Código Tributário Municipal do seu domicílio tributário, sendo assim a alíquota a qual a empresa estará sujeita será definida conforme a atividade exercida e alíquota estabelecida por Lei Municipal.

Quanto ao ICMS aceita a não cumulatividade dos impostos, no entanto as alíquotas a serem praticadas são definidas pelo Regulamento do ICMS do Estado a qual a empresa esteja estabelecida.

Para o IPI está sujeita as condições impostas na tabela TIPI Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, que dispõem sobre a tributação dos produtos industrializados.

A Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) é um recolhimento devido pelas empresas e equiparadas, de um modo geral, sobre sua folha de pagamento (salários e remuneração de contribuintes individuais que prestam serviço), de acordo com artigo 195 da Constituição Federal que determina que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A obrigatoriedade do pagamento está prevista no artigo 195, inciso I da Constituição Federal, artigo 22 da Lei nº 8.212/91, artigo 201 do Decreto nº 3.048/99 e artigo 72 da IN RFB nº 971/2009.

O artigo 22 da Lei nº 8.212/91 prevê o recolhimento da contribuição, que é composta de: 20% patronal (CPP), RAT (1%, 2% ou 3%, conforme o CNAE da empresa/equiparada) e outras entidades ou fundos (terceiros).

Com base no artigo 225 da IN 1700/2017 a pessoa jurídica tributada no Lucro Presumido deverá manter a escrituração contábil nos termos da legislação comercial, o livro Registro de Inventário e a boa guarda e ordem de documentos que serviram de base para a escrituração comercial e fiscal até o prazo prescricional. As pessoas jurídicas que no decorrer do ano calendário mantiverem a escrituração do Livro Caixa, ficam dispensadas da escrituração dos demais livros exigidos por legislação específica.

2.2.3 Lucro presumido arbitrado

O arbitramento do lucro pode ocorrer de duas formas de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, art. 226: pela autoridade tributária (Receita Federal do Brasil) quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do lucro real ou presumido e pelo próprio contribuinte, quando for conhecida a sua receita bruta.

O Lucro Arbitrado é aplicado conforme explanado por Alexandre (2016), pela autoridade tributária, quando não é possível adotar a metodologia do lucro real, ou seja,

quando o contribuinte não cumpre as obrigações acessórias pertinentes para a tributação com base no Lucro Real de acordo com o artigo 603 do RIR/2018 incisos de I a VII, que são:

- I - o contribuinte, obrigado à tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal;
- II - o contribuinte não escriturar ou deixar de apresentar à autoridade tributária os livros ou os registros auxiliares de que trata o § 2º do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977;
- III - a escrituração a que o contribuinte estiver obrigado revelar evidentes indícios de fraudes ou conter vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para:
 - a) identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou
 - b) determinar o lucro real;
- IV - o contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e os documentos da escrituração comercial e fiscal, ou o livro-caixa, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 600;
- V - o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido;
- VI - o comissário ou o representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior, observado o disposto no art. 468; e
- VII - o contribuinte não mantiver, em boa ordem e de acordo com as normas contábeis recomendadas, livro-razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro diário. (artigo 603/RIR 2018)

Assim, o recolhimento pelo Lucro Arbitrado é verificado principalmente quando o sujeito passivo não cumpre a obrigação acessória de escrituração dos livros contábeis, bem como elaboração das demonstrações contábeis financeiras, de acordo com as leis comerciais e fiscais, como a Lei 6.404/76, ou a Lei 123/2006, Código Civil e Normas Brasileiras de Contabilidade.

No caso de arbitramento, por autoridade tributária, por falta de controles a receita bruta da empresa torna-se desconhecida, sendo assim a presunção a ser aplicada para definir a base de cálculos do IRPJ e CSLL, se dará de acordo com artigo 604 do RIR/2018, demonstrado na Tabela 20.

TABELA 25 – PERCENTUAIS PARA ARBITRAMENTO DA RECEITA NÃO CONHECIDA

Bases Alternativas	Coeficientes
Lucro real referente ao último período em que a pessoa jurídica manteve escrituração de acordo com as leis comerciais e fiscais	1,5
Soma dos valores do ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, existentes no último balanço patrimonial conhecido	0,12
Valor do capital, inclusive correção monetária contabilizada como reserva de capital, constante do último balanço patrimonial conhecido ou registrado nos atos de constituição ou alteração da sociedade	0,21
Valor do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial conhecido	0,15
Valor das compras de mercadorias efetuadas no mês	0,4
Soma, em cada mês, dos valores da folha de pagamento dos empregados e das compras de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem	0,4
Soma dos valores devidos no mês a empregados	0,8
Valor mensal de aluguel	0,9

Fonte: RIR/2018

No que concerne ao Lucro Arbitrado, segundo Chaves, 2007, até o advento da Lei nº 8.981/1995, somente a autoridade fiscal poderia arbitrar o resultado, no entanto, o RIR 99, Decreto 3000/1999, traz o auto arbitramento.

O arbitramento pelo contribuinte só é possível quando conhecida a receita bruta, ou seja, o contribuinte tem controles que possam identificar seu faturamento, sendo assim o contribuinte poderá efetuar o pagamento do imposto sobre a renda correspondente com base no Lucro Arbitrado, observadas as seguintes regras (Lei nº 8.981, de 1995, art. 47, § 1º e § 2º ; e Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º): apuração com base no lucro arbitrado abrangerá todo o ano-calendário, assegurada, ainda, a tributação com base no lucro real relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, se a pessoa jurídica dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal que demonstre o Lucro Real dos períodos não abrangidos por aquela modalidade de tributação; e o imposto sobre a renda apurado terá por vencimento o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento de cada período de apuração.

A apuração do Lucro Arbitrado, de acordo com a IN 1700/2017 e RIR 2018, quando for conhecida a receita bruta, será determinado pela soma das seguintes parcelas: o valor resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos pelo artigo 604 do RIR/2018, sobre a receita bruta definida pelo artigo 26 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, de cada atividade, auferida em cada período de apuração trimestral, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais

concedidos; os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não conhecidas, auferidos no mesmo período; os rendimentos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável; os juros sobre o capital próprio; os valores recuperados, correspondentes a custos e despesas; multas ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 79 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017.

Os percentuais de presunção a serem aplicados sobre a receita bruta, para o cálculo do IRPJ, quando conhecida, são os mesmos aplicáveis para o cálculo da estimativa mensal e do lucro presumido, no entanto acrescidos de 20%, exceto para as instituições financeiras, de acordo com a IN 1700/2017, artigo 227, § 4º e RIR/18, artigos 591 e 592. Já para cálculo da CSLL, os percentuais a serem aplicados sobre a receita bruta, quando esta é conhecida, são os mesmos aplicáveis para o cálculo da estimativa mensal e do lucro presumido, no entanto, não há majoração nas alíquotas, de acordo com IN 1700/2017, art. 34 e art. 227, § 1º. Os percentuais de presunção para IRPJ e CSLL estão apresentados na Tabela 21.

TABELA 26 – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO IRPJ E CSLL LUCRO ARBITRADO – RECEITA CONHECIDA

(continua)

ATIVIDADE	IRPJ		CSLL
	%	Receita anual até R\$ 120.000,00	%
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, GLP e gás natural veicular	1,92%	-	12%
Venda de Lubrificantes	9,60%	-	12%
Venda de Mercadorias	9,60%	-	12%
Venda de produtos industrializados	9,60%	-	12%
Industrialização por Encomenda	9,60%	-	12%
Atividade Rural	9,60%	-	12%
Sobre a receita bruta dos serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Lei nº 9.249/95, artigo 15, § 1º, inciso III, letra “a”)	9,60%	-	12%
Serviços de Fisioterapia (Lei nº 9.249/95, artigo 15, § 1º, inciso III, letra “a”)	9,60%	-	12%

Construção civil, na modalidade total, fornecendo o empreiteiro todos os materiais indispensáveis à sua execução (Solução de Consulta Cosit nº 8, de 7 de janeiro de 2014)	9,60%	-	12%
Loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda	9,60%	-	12%
Serviços de transporte de cargas	9,60%	-	12%
Serviços de transporte de passageiros	19,20%	-	12%
Prestadoras de serviços relativos ao exercício de profissões legalmente regulamentada, inclusive escolas	38,40%	-	32%
Intermediação de negócios, inclusive corretagem (seguros, imóveis, dentre outros) e as de representação comercial	38,40%	19,20%	32%
Compra e venda de veículos usados (mesmo tratando-se de comercialização, para fins fiscais, a operação equipara-se a consignação - artigo 5º da Lei nº 9.716/98)	38,40%	19,20%	32%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, e móveis	38,40%	19,20%	32%
Prestação de serviços de gráfica, com ou sem fornecimento de material, em relação à receita bruta que não decorra de atividade comercial ou industrial	38,40%	19,20%	32%

TABELA 27 – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO IRPJ E CSLL LUCRO ARBITRADO – RECEITA CONHECIDA

(conclusão)

ATIVIDADE	IRPJ		CSLL
	%	Receita anual até R\$ 120.000,00	%
Prestação de serviços de suprimento de água tratada e coleta de esgoto e exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio (AD COSIT nº 16/2000)	38,40%	19,20%	32%
Serviços em geral (exceto serviços hospitalares)	38,40%	-	32%
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais	38,40%	19,20%	32%
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais	38,40%	-	32%
Factoring	38,40%	19,20%	32%
Coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte	38,40%	19,20%	32%
Prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada	38,40%	-	32%
Bancos, instituições financeiras e assemelhados	45%	-	32%

Fonte: IN 1700/2017 e RIR/2018

Para as pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviço em geral, elencadas no inciso IV do § 1º do artigo 33 da IN 1700/2017, que a receita bruta anual não ultrapasse 120 mil, o percentual de presunção será de 19,20% de acordo com a Tabela 20, caso a receita bruta exceda o limite de faturamento, dentro de alguns dos trimestres do ano calendário corrente, deverá ser recolhida diferença do imposto

postergado, apurado em relação a cada trimestre transcorrido, que deverá ser pago em quota única, sem acréscimo, até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso.

O IRPJ devido em cada trimestre será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15%, sobre a base de cálculo, sem prejuízo da incidência do adicional de 10% de que trata o § 1º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017. Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, art. 233 e a CSLL devida em cada trimestre será calculada mediante a aplicação da alíquota prevista no art. 30 da referida instrução, com percentuais de 9% a 20%, conforme o tipo de atividade exercida pela empresa, conforme Tabela 22.

TABELA 28 – ALÍQUOTAS IRPJ E CSLL LUCRO ARBITRADO

Imposto	Alíquota	Atividade
IRPJ	15%	Quaisquer atividades
CSLL	15%	Pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; distribuidoras de valores mobiliários; corretoras de câmbio e de valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimentos; sociedades de crédito imobiliário; administradoras de cartões de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; e associações de poupança e empréstimo;
CSLL	9%	Administradoras de mercado de balcão organizado; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação; empresas de fomento comercial ou <i>factoring</i> ; e demais pessoas jurídicas;
CSLL	20%	Nos casos de bancos de qualquer espécie e de agências de fomento

Fonte: Instrução Normativa 1700/2017

Em se tratando da tributação de COFINS e PIS, o Regime Lucro Arbitrado é cumulativo para esses impostos, sendo aplicadas as alíquotas básicas e determinações conforme dispostos nas leis 10.637/2002 e 10.883/2003, de acordo com a Tabela 23.

TABELA 29 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO PRESUMIDO

Imposto	Alíquota
PIS	0,65%
COFINS	3%

Fonte: Lei 10.637/2002 e 10.883/2003

Quanto ao ICMS aceita a não cumulatividade dos impostos, no entanto as alíquotas a serem praticadas são definidas pelo Regulamento do ICMS do Estado a qual a empresa esteja estabelecida.

Para o ISSQN a pessoa jurídica enquadrada no Lucro Arbitrado, prestadora de serviços deverá seguir o Código Tributário Municipal do seu domicílio tributário, sendo assim a alíquota a qual a empresa estará sujeita será definida conforme a atividade exercida e alíquota estabelecida por Lei Municipal.

Para o IPI está sujeita as condições impostas na Tabela TIPI Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, que dispõem sobre a tributação dos produtos industrializados.

A Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) é um recolhimento devido pelas empresas e equiparadas, de um modo geral, sobre sua folha de pagamento (salários e remuneração de contribuintes individuais que prestam serviço), de acordo com artigo 195 da Constituição Federal que determina que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A obrigatoriedade do pagamento está prevista no artigo 195, inciso I da Constituição Federal, artigo 22 da Lei nº 8.212/91, artigo 201 do Decreto nº 3.048/99 e artigo 72 da IN RFB nº 971/2009.

O artigo 22 da Lei nº 8.212/91 prevê o recolhimento da contribuição previdenciária, que é composta de: 20% patronal (CPP), RAT (1%, 2% ou 3%, conforme o CNAE da empresa/equiparada) e outras entidades ou fundos (terceiros).

o Lucro Arbitrado, apesar de ser opcional ao contribuinte, tem como condicionante ter a receita bruta conhecida, ou seja, são necessários controles que identifiquem a receita, partido desse princípio, geralmente esses controles acabam levando a empresa a fazer os livros de apuração fiscais ou escrituração do Livro Caixa, levando-se em consideração a majoração da presunção em 20% que o Lucro Arbitrado sofre, e por estar em condições que possibilita o recolhimento pelo Lucro Presumido, o Lucro Arbitrado acaba não sendo utilizado por opção do contribuinte.

2.2.4 Lucro real

O contribuinte pode optar pelo Regime do Lucro Real, no entanto, há condições impostas no artigo 59 da IN 1700/2017, já citado anteriormente, que obrigam as pessoas jurídicas a apuração dos impostos na sistemática do Lucro Real.

De acordo com o artigo do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018) e o artigo 61 da IN 1700/2017, Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, onde o lucro líquido do período nada mais é que o resultado do período apresentado na Demonstração de Resultados da pessoa jurídica submetida ao Lucro Real

As adições de acordo com a referida IN, artigo 62, são os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o RIR/2018, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real e os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, devam ser computados na determinação do lucro real ou do resultado ajustado, sendo que o Anexo I da IN 1700/2017 traz uma lista, não exaustiva, das adições ao lucro líquido do período de apuração para determinação do lucro real e do resultado ajustado.

As exclusões de acordo, com o artigo 63 da IN 1700/2017 são, os valores cuja dedução seja autorizada pelo RIR/2018 e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração, e os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que de acordo com essa mesma legislação, não sejam computados no lucro real ou no resultado ajustado, sendo que o Anexo II da referida instrução traz uma lista, não exaustiva, das exclusões do lucro líquido do período de apuração para determinação do lucro real e do resultado ajustado.

O lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões autorizadas pela legislação RIR 2018, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores em até no máximo 30% do referido lucro líquido ajustado, desde que, observado os artigos 203 a 213 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017.

A pessoa jurídica que esteja submetida ao Lucro Real deverá de acordo com o artigo 275, inciso V, manter a escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, sendo que a Parte A do livro deverá demonstrar a apuração do lucro real, realizando as adições e exclusão, conforme demonstrado no Quadro 1 que traz a simulação da Parte A de um LALUR, onde a empresa exemplo teve como resultado do 1º trimestre de 2020, um prejuízo de R\$ 3.111.834,38.

QUADRO 1 – PARTE A DO LALUR

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO REAL				
Histórico		Adições		Exclusões
1. Lucro Líquido do Período	(3.111.834,38)			
2. Adições				
Despesas não necessárias		1.050,00		
Despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores		4.438,37		
Total das Adições	5.488,37	5.488,37		
3. Lucro Real Antes da Comp.de Prejuízos	(3.106.346,01)			
4. Prejuízo Real	(3.106.346,01)			

Fonte: RIR/2018

No Quadro 1, tem-se uma pessoa jurídica exemplo com resultado líquido do período negativo, ou seja, prejuízo levantado por meio da Demonstração de Resultado do Período. Como o resultado após as adições é um prejuízo real, não há de se falar em apuração do IRPJ e CSLL a pagar, no entanto, tal valor, deverá compor a base negativa para futuras compensações do lucro líquido, de acordo com o RIR/2018, sendo assim a Parte B do LALUR deverá conter a controle de ajuste do Lucro Líquido em períodos futuros, conforme demonstrado no Quadro 2:

QUADRO 2 – PARTE B LALUR PREJUÍZO 1º TRIMESTRE 2020

PARTE B - Controle de Valores que Constituirão Ajuste no Lucro Líquido de Exercícios Futuros				
Trimestre	Histórico	Débito	Crédito	Saldo D/C
4/2019	Saldo Anterior			34.439.916,39 c
1/2020	PREJUÍZO FISCAL		3.106.346,01	37.546.262,40 c

Fonte: RIR/2018

Caso, o resultado se apresentasse de maneira positiva, ou seja, houvesse um lucro líquido, haveria valores a recolher de IRPJ e CSLL, que seriam calculados conforme simulação do cálculo disposta no Quadro 3.

QUADRO 3 – CÁLCULO DO IRPJ LUCRO LÍQUIDO TRIMESTRAL

IMPOSTO DE RENDA		
Ajustes	Valor	Total
Lucro líquido antes do IRPJ		3.111.834,38
(+) Adições		5.488,37
Despesas não necessárias	1.050,00	
Despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores	4.438,37	
(=) Lucro Real antes da compensação		3.117.322,75
(=) Lucro Real		3.117.322,75
(-) Deduções		935.196,83
Saldo de deduções do período anterior (30% do Lucro Real)	935.196,83	
(=) BASE DE CALCULO IRPJ		2.182.125,93
(=) IRPJ devido (Base de Cálculo IRPJ * Alíquota 15,00%)		327.318,89
(+) Adicional de 10%		212.212,59
Adicional de IRPJ para o trimestre (10% da Base de Cálculo IRPJ – 60.000 mil)	212.212,59	
(=) IRPJ A PAGAR		539.531,48
(=) BASE DE CALCULO CSLL		3.117.322,75
(=) CSLL A PAGAR (Base da Cálculo CSLL * Alíquota 9%)		280.559,05

Fonte: RIR/2018

Quando há apuração do IRPJ e CSLL, a Parte B do LALUR, apresentará a redução do valor utilizado como compensação, sendo assim o valor demonstrado na linha de deduções será representado na Parte B do LALUR, conforme Quadro 4.

QUADRO 4 – PARTE B LALUR LUCRO 1º TRIMESTRE 2020

PARTE B - Controle de Valores que Constituirão Ajuste no Lucro Líquido de Exercícios Futuros				
Trimestre	Histórico	Débito	Crédito	Saldo D/C
4/2019	Saldo Anterior			34.439.916,39 c
1/2020	Compensação utilizada 1ºTrim 2020	935.196,83		33.504.719,56 c

Fonte: RIR/2018

Sendo assim, a compensação utilizada no primeiro trimestre representa uma redução no saldo acumulado dos valores que constituirão ajuste no Lucro Líquido em exercícios futuros.

Para apuração do Imposto de Renda devido, será aplicada a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, e o valor resultante, será acrescido, o adicional de 10%, quando a base de cálculo exceder a multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração (se trimestral 3 vezes 20 mil, ou seja, 60 mil) de acordo com a IN 1700/2017, artigo 29, § 1º.

Para apuração da CSLL devido, apesar do Quadro 3, demonstrar um cálculo sob a alíquota de 9%, de acordo com a IN 1700/2017 artigo, 30 as alíquotas podem variar de acordo com a atividade exercida pela pessoa jurídica, conforme Tabela 24.

TABELA 30 – ALÍQUOTAS CSLL LUCRO REAL

(continua)

Atividade Geradora de Receita	Períodos	
	01.09.2015 e 31.12.2018	A partir de 2019
Pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização	20%	15%
Bancos de qualquer espécie e agências de fomento	20%	15%
Distribuidoras de valores mobiliários	20%	15%
Corretoras de câmbio e de valores mobiliários	20%	15%
Sociedades de crédito, financiamento e investimentos	20%	15%
Sociedades de crédito imobiliário	20%	15%
Administradoras de cartões de crédito	20%	15%
Sociedades de arrendamento mercantil	20%	15%
Associações de poupança e empréstimo	20%	15%
	01.10.2015 e 31.12.2018	A partir de 2019
Cooperativas de crédito	17%	15%
	A partir de 16.03.2017	

TABELA 31 – TABELA DE ALÍQUOTAS CSLL LUCRO REAL

(conclusão)

Atividade Geradora de Receita	Períodos	
	01.09.2015 e 31.12.2018	A partir de 2019
Administradoras de mercado de balcão organizado	9%	
Bolsas de valores e de mercadorias e futuros	9%	
Entidades de liquidação e compensação	9%	
Empresas de fomento comercial ou <i>factoring</i>	9%	
Demais pessoas jurídicas	9%	

Fonte: IN 1700/2017

Ainda dentro da tratativa do Regime Lucro Real, é possível fazer o recolhimento do IRPJ e da CSLL pela estimativa mensal onde a pessoa jurídica deverá apurar o Lucro

Real e o resultado ajustado em 31 de dezembro de cada ano em concordância com a IN 1700/2017, artigo 31, § 6º.

A base estimada para o cálculo do IRPJ será percebida aplicando a presunção da Receita Bruta conforme Tabela 17, ou seja, com a mesma presunção aplicada ao Lucro Presumido. A mesma metodologia se aplica a CSLL, que tem seus percentuais de presunção apresentado na Tabela 18.

Em se tratando da tributação de COFINS e PIS, o Regime do Lucro Real é não cumulativo para esses impostos, ou seja, admite que sejam recuperados créditos de despesas e custos que ligados a atividade da empresa, como por exemplo, compra de mercadoria para revenda, fretes de venda, aluguel de barracão para industrialização, energia elétrica entre outros custos permitidos pelas leis 10.637/2002 e 10.883/2003, as alíquotas básicas tanto para recuperação dos créditos como para apuração dos débitos desses impostos estão apresentados na Tabela 25.

TABELA 32 – ALÍQUOTAS PIS E COFINS LUCRO REAL

Imposto	Alíquota
PIS	1,65%
COFINS	7,6%

Fonte: Lei 10.637/2002 e 10.883/2003

Para o ISSQN a pessoa jurídica enquadrada no Lucro Real, prestadora de serviços deverá seguir o Código Tributário Municipal do seu domicílio tributário, sendo assim a alíquota a qual a empresa estará sujeita será definida conforme a atividade exercida e alíquota estabelecida por Lei Municipal.

Quanto ao ICMS, assim como o Lucro Presumido e Lucro Arbitrado, aceita a não cumulatividade dos impostos, no entanto as alíquotas a serem praticadas são definidas pelo Regulamento do ICMS do Estado a qual a empresa esteja estabelecida.

Para o IPI está sujeito as condições impostas na Tabela TIPI Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, que dispõem sobre a tributação dos produtos industrializados.

A Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) é um recolhimento devido pelas empresas e equiparadas, de um modo geral, sobre sua folha de pagamento (salários e

remuneração de contribuintes individuais que prestam serviço), de acordo com artigo 195 da Constituição Federal que determina que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A obrigatoriedade do pagamento está prevista no artigo 195, inciso I da Constituição Federal, artigo 22 da Lei nº 8.212/91, artigo 201 do Decreto nº 3.048/99 e artigo 72 da IN RFB nº 971/2009.

O artigo 22 da Lei nº 8.212/91 prevê o recolhimento da contribuição previdenciária, que é composta de: 20% patronal (CPP), RAT (1%, 2% ou 3%, conforme o CNAE da empresa/equiparada) e outras entidades ou fundos (terceiros).

A escrituração comercial deverá estar de acordo com o artigo 262 do RIR/2018, e conforme previsto na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, art. 1.183, *caput*. A escrituração comercial ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado. De acordo com artigo 263, a pessoa jurídica também deverá manter livros ou registros contábeis, o artigo 272 traz a obrigatoriedade do Livro Diário e Razão e artigo 273 a exigência de livros fiscais de registro de inventário, registro de entradas, Apuração do Lucro Real – LALUR, de registro permanente de estoque, para as pessoas jurídicas que exercerem atividades de compra, venda, incorporação e construção de imóveis e de movimentação de combustíveis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste item encontra-se a tipologia da pesquisa quanto seus aos objetivos, tipologia da pesquisa quanto à abordagem e procedimento, tipologia da pesquisa quanto ao problema da pesquisa e levantamento de dados e informações.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Para o desenvolvimento do trabalho será utilizado uma pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.

Uma pesquisa descritiva, segundo Rudio (2002), não busca interferir e nem modificar a realidade estudada, tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência.

Segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como principal objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno bem como estabelecer relação entre as variáveis do objeto de estudo analisado, variáveis essas relacionadas a classificação, medida e ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado.

Uma pesquisa é explicativa quando “[...] busca esclarecer que fatores contribuem de alguma forma para ocorrência de um fenômeno.” (Costa, 2017).

Conforme menciona Gil (2002, p. 41), as “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito”.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Quanto a tipologia, este trabalho traz uma pesquisa qualitativa, não se preocupando com relação aos números, mas sim com relação ao aprofundamento e de como ela será compreendida pelas pessoas.

De acordo com Gil (2002, p. 91) uma pesquisa qualitativa compreende-se em “analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos”

Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa define-se como:

A pesquisa qualitativa surge diante da impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade. Está direcionada para a investigação dos significados das relações humanas, em que suas ações são influenciadas pelas emoções e/ou sentimentos aflorados diante das situações vivenciadas no dia-a-dia. (Minayo - apud FIGUEIREDO, 2009, p. 96)

Esta tipologia de pesquisa procura explicar o porquê das coisas, explorando o que for necessário sem identificar os valores que se reprimem a prova de dados, porque os dados analisados por este método não estão baseados em números.

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS

Para a tipologia da pesquisa foi utilizado o estudo de caso, ou seja, um estudo limitado a poucas ou uma unidade. É uma tipologia de pesquisa que segundo Yin (2010), permite aos pesquisadores identificar características globais dos eventos reais. Já Gil (2002) define o estudo de caso como sendo um estudo profundo e exaustivo, permitindo o amplo conhecimento do objeto estudo.

3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Por se tratar de um estudo de caso, para elaboração deste trabalho foram realizados os seguintes passos:

- a) Estudo da legislação vigente acerca de conceitos sobre impostos e regimes tributários;
- b) Seleção de uma empresa do ramo de venda de equipamentos e serviços para processos industriais, para utilização de dados para base de simulações dos regimes tributários e para preservar a identidade da empresa, optou-se por identifica-la como empresa ALFA;

- c) Levantamento das informações contábeis fiscais relativos ao ano de 2019 da empresa escolhida;
- d) Extração de forma sintética de informações sobre o faturamento da empresa, compra de mercadorias, apuração de impostos dentro do regime atual, bem como os valores referente a salários e encargos sociais;
- e) Análise da legislação tributária para possibilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS;
- f) Acesso aos documentos fiscais de entrada de mercadorias da empresa para levantamento de créditos de ICMS, PIS e COFINS;
- g) Identificação de custos da empresa com aluguéis, energia elétrica, transporte e verificação se todos estavam totalmente empregados na produção do faturamento da empresa para possibilidade de utilização de base para recuperação de créditos de PIS e COFINS;
- h) Simulação da apuração dos impostos no Regime Lucro Presumido;
- i) Simulação de apuração dos impostos no Regime Lucro Real;
- j) Elaboração de tabela comparativa dos impostos calculados sob os regimes: Lucro Presumido, Real e Simples Nacional.

4 ESTUDOS DE CASO APLICADOS À EMPRESA ALFA

A seguir destacam-se as principais características da estrutura da empresa ALFA, seus clientes, fornecedores, e o regime tributário atual da empresa:

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPRESA

A empresa ALFA iniciou suas atividades em setembro de 1990, tendo como atividade principal o comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos de instrumentos de medida para uso profissional de instrumento de regulação e controle de análises físicas e químicas para processos industriais, além de prestar serviços especializados de assistência técnica de instrumentos industriais como transmissores de temperatura, pressão, vazão, nível e válvulas.

4.1.1 Principais clientes

Tem como principais clientes a indústrias como: Kablin, Aurora Alimentos, Coteminas, Herbarium e Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

4.1.2 Principais fornecedores

A empresa trabalha com parceiros multinacionais e tem como principais fornecedores a empresa Mettler Toledo, Testo do Brasil e Donaldson do Brasil.

4.2 REGIME TRIBUTÁRIO ATUAL DA EMPRESA

Destaca-se nesse item a estrutura contábil financeira, suas principais transações, suas alíquotas vigentes, sua base de cálculo e seu fato gerador para tributação da empresa.

4.2.1 Estrutura contábil financeira

A empresa atua com um departamento de compras que realiza as aquisições de mercadoria para revenda conforme a demanda do departamento de vendas, evitando compras desnecessárias que possam gerar baixo giro de estoque. Depois das compras de mercadorias e o recolhimento dos impostos, o que mais demanda fluxo financeiro na empresa são os salários e encargos sociais e ainda há outros custos fixos na empresa como aluguel, manutenção de equipamentos e energia elétrica. Pode-se concluir que a saúde financeira da empresa é boa, já que não depende de empréstimos bancários para incremento de seu fluxo de caixa, além de manter aplicação financeira de baixo risco.

No que tange a escrituração contábil e cumprimento de obrigações acessórias, a empresa conta com assessoria contábil terceirizada, que recebe mensalmente os documentos necessários para escrituração dos livros de entrada e saída da empresa, bem como de prestação de serviços. Para os registros contábeis bancários a empresa fornece a assessoria contábil uma planilha de conciliação e identificação da destinação e origem dos lançamentos, afim de que sejam classificados corretamente os lançamentos contábeis evitando distorções nas demonstrações contábeis.

4.2.2 Alíquotas aplicadas

Atualmente enquadrada no Simples Nacional, a empresa está obrigada ao recolhimento, de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, CPP E ISSQN e opera segundo alíquotas estabelecidas nos Anexo I e III da Lei Complementar 123/2006, conforme dados extraídos das apurações de impostos da empresa, relativo ao ano de 2019.

Como a empresa opera como prestadora de serviços e revendedora de equipamentos para processos industriais, ela deve realizar o cálculo levando em consideração fator de dedução e partilha de impostos distintos. Na Tabela 26 temos o Anexo I, vigente a partir de janeiro de 2018:

TABELA 33 – ALÍQUOTAS E PLANILHAS DO SIMPLES NACIONAL - COMÉRCIO (VIGÊNCIA: 01/01/2018)

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)				Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)	
1ª Faixa	Até 180.000,00			4,00%	-	
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00			7,30%	5.940,00	
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00			9,50%	13.860,00	
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00			10,70%	22.500,00	
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00			14,30%	87.300,00	
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00			19,00%	378.000,00	
Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13.50%	10,00%	28,27%	6.13%	42,10%	

Fonte: Lei Complementar 155/2016

A Tabela 26 demonstra a nova versão do Anexo I da Lei Complementar 123/2006, após as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 155/2016, vigente para o cálculo de comércio a partir de janeiro de 2018. Na Tabela 27 encontra-se a nova versão do Anexo III, alterado também pela Lei Complementar nº 155/2016, contendo a nova metodologia e alíquotas vigentes para os cálculos dos impostos sobre a prestação de serviços dentro da metodologia do Simples Nacional.

TABELA 34 – ALÍQUOTAS E PARTILHA DO **SIMPLES NACIONAL** - RECEITAS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO RELACIONADOS NO § 50-C DO ART. 18 DESTA LEI COMPLEMENTAR (VIGÊNCIA: 01/01/2018)

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)				Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)	
1ª Faixa	Até 180.000,00			6,00%	—	
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00			11,20%	9.360,00	
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00			13,50%	17.640,00	
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00			16,00%	35.640,00	
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00			21,00%	125.640,00	
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00			33,00%	648.000,00	
Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%
2ª Faixa	4,00%	3,50%	14,05%	3,05%	43,40%	32,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50% (*)
6ª Faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	—

(*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 14,92537%, a repartição será:

TABELA 27 – ALÍQUOTAS E PARTILHA DO **SIMPLES NACIONAL** - RECEITAS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO RELACIONADOS NO § 50-C DO ART. 18 DESTA LEI COMPLEMENTAR (VIGÊNCIA: 01/01/2018)

(conclusão)						
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
5ª Faixa, com Alíquota efetiva superior a	(Alíquota efetiva –	(Alíquota efetiva –	(Alíquota efetiva –	(Alíquota efetiva –	(Alíquota efetiva –	Percentual de ISS fixo em 5%
14,93%	5%) x 6,02%	5%) x 5,26%	5%) x 19,28%	5%) x 4,18%	5%) x 65,26%	

Fonte: Lei Complementar 155/2016

A Tabela 27, traz o Anexo III vigente para o cálculo do Simples Nacional referente a prestação de serviços, tendo como atenuante o valor do Imposto sobre serviço, que na 5ª faixa, se a alíquota efetiva for superior a 14,92537%, deverá ter seu valor excedente repartido entre os impostos federais afim de que a alíquota do Imposto sobre serviço não ultrapasse 5%.

Como exemplo da metodologia temos o cálculo do valor devido a título de Simples Nacional referente a dezembro de 2019. Os dados utilizados para os cálculos são apresentados no Tabela 28 a seguir:

TABELA 35 – DADOS PARA CÁLCULO DO VALOR DO SIMPLES NACIONAL

SIMPLES NACIONAL		
Total de Receitas Brutas (R\$)	Mercado Interno	Total
Receita Bruta do período de Apuração (RPA) - Regime de Competência	191.711,20	191.711,20
Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração (RBT12)	3.109.832,86	3.109.832,86
Faixa de Enquadramento:	1.800.000,01 a 3.600.000,00	
Receita bruta acumulada no ano-calendário corrente (RBA)	3.038.499,21	3.038.499,21
Receita bruta acumulada no ano-calendário anterior (RBA)	3.584.040,07	3.584.040,07

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

A Tabela 28, traz os dados de apuração do Simples Nacional referente a dezembro de 2019 da empresa ALFA.

Apesar do faturamento total da competência ser de R\$ 191.711,20 esse faturamento é segregado entre vendas e prestação de serviços, conforme abaixo demonstrado na Tabela 29:

TABELA 36 – RECEITA BRUTA ACUMULADA

Receita Bruta do Período de Apuração (RPA)	
Receita de Vendas	97.797,54
Receita de Prestação de Serviços	93.913,66
Receita total da competência	191.711,20

Fonte: Demonstrações Contábeis Empresa ALFA

De acordo com a nova metodologia estabelecida pela Lei Complementar 155/2016, o cálculo do valor devido para os impostos do Simples Nacional deve ser calculado primeiramente a alíquota efetiva onde:

Alíquota efetiva = [(Receita Bruta Total dos últimos 12 meses * Alíquota) - Parcela a Deduzir] / Receita Bruta Total dos últimos 12 meses

De acordo com o Anexo I da Lei Complementar 155/2016, devido ao faturamento bruto acumulado dos últimos 12 meses da empresa ser de R\$ 3.109.832,86, a alíquota é de 14,30% e a parcela a deduzir é de R\$ 87.300,00, assim para receita de vendas temos o cálculo da alíquota efetiva conforme a Tabela 30:

TABELA 37 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE VENDAS

(+) RBT12:	3.109.832,86
(x) Alíquota nominal:	14,30%
(=) Resultado 1:	444.706,10
(+) Resultado 1:	444.706,10
(-) Parcela a deduzir:	87.300,00
(=) Resultado 2:	357.406,10
(+) Resultado 2:	357.406,10
(÷) RBT12:	3.109.832,86
(=) Alíquota efetiva:	11,49%

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

A Tabela 30, demonstra o cálculo da alíquota efetiva da empresa que no mês de dezembro de 2019 foi de 11,49%.

Ainda conforme o Anexo I da LC 155/2016, é necessário calcular o percentual efetivo de cada imposto que compõe a formação do Simples Nacional conforme a Tabela 31:

TABELA 38 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE VENDAS

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ICMS
(=) Alíquota efetiva:	11,49	11,49	11,49	11,49	11,49	11,49
(x) Percentual de repartição(5ª Faixa)	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
(=) Alíquota efetiva por imposto:	0,6321	0,4022	1,4642	0,3172	4,8270	3,8501

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

Calculada a alíquota efetiva por imposto, basta aplicar o percentual sobre o valor de Receita de Vendas do Período de Apuração em questão, para se obter o valor em real dos impostos que compõem a receita de venda de acordo com a Tabela 32:

TABELA 39 – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL – RECEITA DE VENDAS

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ICMS
(=) Receita Tributada Total:	97.797,54	97.797,54	97.797,54	97.797,54	97.797,54	92.232,86
(x) Alíquota efetiva por imposto:	0,63%	0,40%	1,46%	0,32%	4,83%	3,85%
(=) Valor:	618,18	393,39	1.431,93	310,21	4.720,65	3.551,04

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

Para a receita de prestação de serviços, mais uma vez levando em consideração o faturamento bruto dos últimos doze meses da empresa, a alíquota é de 21% e a parcela a deduzir é de R\$ 125.640,00, de acordo com o Anexo III da LC 155/2016, assim para receita de vendas tem-se o cálculo da alíquota efetiva conforme a Tabela 33:

TABELA 40 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(+) RBT12:	3.109.832,86
(x) Alíquota nominal:	21,00%
(=) Resultado 1:	653.064,90
(+) Resultado 1:	653.064,90
(-) Parcela a deduzir:	125.640,00
(=) Resultado 2:	527.424,90
(+) Resultado 2:	527.424,90
(÷) RBT12:	3.109.832,86
(=) Alíquota efetiva:	16,96%

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

A Tabela 33, demonstra o cálculo da alíquota efetiva da empresa que no mês de dezembro de 2019 foi de 16,96%.

Da mesma forma que o Anexo I da LC 155/2016, no Anexo III é necessário calcular o percentual efetivo de cada imposto que compõe da formação do Simples Nacional conforme a Tabela 34:

TABELA 41 – CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ISS
(=) Alíquota efetiva:	16,96	16,96	16,96	16,96	16,96	16,96
(x) Percentual de repartição:	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%
(=) Alíquota efetiva por imposto:	0,6784	0,5936	2,1743	0,4715	7,3606	5,6816

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

Como a alíquota efetiva obtida excede a alíquota de 5%, que de acordo com a Lei Complementar 103/2003 é a alíquota máxima para o ISS, o valor excedente deverá ser distribuído nos demais impostos de acordo com a Tabela 35:

TABELA 42 – PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ISS EXCEDENTE

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP
(=) Excedente ISS:	0,68157	0,68157	0,68157	0,68157	0,68157
(x) Alíquota distribuição:	6,02%	5,26%	19,28%	4,18%	65,26%
(=) Perc. ISS distribuído:	0,04%	0,04%	0,13%	0,03%	0,44%

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

Calculada a alíquota efetiva por imposto, basta aplicar o percentual sobre o valor de Receita de Prestação de Serviços do Período de Apuração em questão, para se obter o valor em real dos impostos que compõem a receita de venda de acordo com a Tabela 36:

TABELA 43 – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ISS
(=) Receita Tributada Total:	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66
(x) Alíquota efetiva + ISS excedente:	0,72%	0,63%	2,31%	0,50%	7,81%	5,00%
(=) Valor:	675,64	591,14	2.165,34	469,54	7.330,33	4.695,68

Fonte: Domínio Sistemas - Apuração Simples Nacional Empresa ALFA

Sendo assim o valor do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) a ser gerado no Portal do Simples Nacional é de R\$ 26.953,07. Vale ainda lembrar que para o Anexo I – Comércio o Estado do Paraná concede redução da base de Cálculo de acordo com as devidas alterações introduzidas pela lei complementar federal 155/2016 e alterações introduzidas no decreto 7871/2017 RICMS/PR.

4.2.3 Base de cálculo

De acordo com a Lei Complementar 123/2006 deve ser levado em consideração para o cálculo os valores de receita, conforme disposto no artigo 18º, § 4º, o contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento, as receitas decorrentes da: (Redação dada pela Lei Complementar 147, de 2014): para a revenda de mercadorias devem ser tributadas na forma do Anexo I e a prestação de serviços que serão tributados na forma do Anexo III

Sendo assim a base de cálculo para os impostos federais da empresa, seja no regime do Simples Nacional, Presumido ou Real, será fruto das atividades que exerce, e atualmente se resumem a venda de peças para processos industriais e prestação de serviço.

4.2.4 Fato gerador

O fato gerador nasce da obrigação tributária. Para a tributação no Regime do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte passa a ter um passivo tributário para com o fisco, a partir do momento em que auferir receitas, conforme disposto no artigo 18º, § 4º incisos de I a VII da Lei Complementar 123/2006. Ou seja, a partir do momento em que a empresa exercesse sua atividade, entregando um bem ou serviço, em contrapartida ao recebimento de remuneração por esse ato, sobre essa entrega nasce a obrigação tributária. No entanto para fins de recolhimento e cumprimento de obrigação acessória a empresa optante pelo Simples Nacional, pode optar pelo regime de caixa ou competência, essa opção é feita anualmente pelo portal do Simples Nacional podendo assim ser sempre reavaliada uma vez ao ano.

4.3 DADOS DA APURAÇÃO SIMPLES NACIONAL

Os dados de apuração na sistemática do Simples Nacional foram extraídos dos registros apuração dos impostos, referente ao exercício de 2019 da empresa ALFA, na Tabela 37 estão dispostos os dados da apuração das receitas enquadradas no Anexo I.

TABELA 44 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO I

(continua)

Partilha:	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ICMS	TOTAL
JANEIRO							
Base:	166.329,05	166.329,05	166.329,05	166.329,05	166.329,05	158.378,52	
Alíquota:	0,6525311	0,4152470	1,5114993	0,3274520	4,9829646	3,9745074	
Valor:	1.085,35	690,68	2.514,06	544,65	8.288,12	6.294,77	19.417,63
FEVEREIRO							
Base:	263.611,81	263.611,81	263.611,81	263.611,81	263.611,81	250.958,44	
Alíquota:	0,6521888	0,4150292	1,5107065	0,3272802	4,9803512	3,9724230	
Valor:	1.719,25	1.094,07	3.982,40	862,75	13.128,79	9.969,13	30.756,39
MARÇO							
Base:	224.692,93	224.692,93	224.692,93	224.692,93	224.692,93	213.997,55	
Alíquota:	0,6529982	0,4155443	1,5125813	0,3276863	4,9865318	3,9773527	
Valor:	1.467,24	933,70	3.398,66	736,29	11.204,38	8.511,44	26.251,71

ABRIL							
Base:	286.301,15	286.301,15	286.301,15	286.301,15	286.301,15	272.587,32	
Alíquota:	0,6522928	0,4150954	1,5109473	0,3273323	4,9811451	3,9730562	
Valor:	1.867,52	1.188,42	4.325,86	937,16	14.261,08	10.830,05	33.410,09
MAIO							
Base:	250.350,59	250.350,59	250.350,59	250.350,59	250.350,59	238.433,90	
Alíquota:	0,6529862	0,4155367	1,5125535	0,3276803	4,9864404	3,9772798	
Valor:	1.634,75	1.040,30	3.786,69	820,35	12.483,58	9.483,18	29.248,85
JUNHO							
Base:	246.430,90	246.430,90	246.430,90	246.430,90	246.430,90	234.676,15	
Alíquota:	0,6527469	0,4153844	1,5119992	0,3275602	4,9846130	3,9758222	
Valor:	1.608,57	1.023,64	3.726,03	807,21	12.283,63	9.330,31	28.779,39
JULHO							
Base:	165.549,34	165.549,34	165.549,34	165.549,34	165.549,34	157.652,64	
Alíquota:	0,6527753	0,4154024	1,5120649	0,3275745	4,9848295	3,9759950	
Valor:	1.080,67	687,70	2.503,21	542,30	8.252,35	6.268,26	19.334,49
AGOSTO							
Base:	358.870,98	358.870,98	358.870,98	358.870,98	358.870,98	341.106,87	
Alíquota:	0,6487693	0,4128532	1,5027858	0,3255642	4,9542390	3,9515953	
Valor:	2.328,25	1.481,61	5.393,06	1.168,36	17.779,33	13.479,16	41.629,77

TABELA 45 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO I

(continua)

SETEMBRO							
Base:	160.993,07	160.993,07	160.993,07	160.993,07	160.993,07	152.669,73	
Alíquota:	0,6435798	0,4095508	1,4907649	0,3229600	4,9146097	3,9199863	
Valor:	1.036,12	659,35	2.400,03	519,94	7.912,18	5.984,63	18.512,25
OUTUBRO							
Base:	180.379,37	180.379,37	180.379,37	180.379,37	180.379,37	170.945,53	
Alíquota:	0,6423821	0,4087886	1,4879906	0,3223590	4,9054637	3,9126913	
Valor:	1.158,72	737,37	2.684,03	581,47	8.848,44	6.688,57	20.698,60
NOVEMBRO							
Base:	270.440,41	270.440,41	270.440,41	270.440,41	270.440,41	256.134,11	
Alíquota:	0,6409057	0,4078490	1,4845706	0,3216181	4,8941889	3,9036983	
Valor:	1.733,27	1.102,99	4.014,88	869,79	13.235,86	9.998,70	30.955,49
DEZEMBRO							
Base:	97.797,54	97.797,54	97.797,54	97.797,54	97.797,54	92.232,86	
Alíquota:	0,6321026	0,4022471	1,4641795	0,3172006	4,8269655	3,8500796	
Valor:	618,18	393,39	1.431,93	310,21	4.720,65	3.551,04	11.025,40
Total	TOTAL DE TRIBUTOS ANEXO I.....						310.020,06

Fonte: Apuração de Impostos Empresa ALFA

Na Tabela 37, nota-se que a base de cálculo de ICMS sofre redução de acordo com o Decreto do Estado do Paraná 8.660/2018, que concede redução de base de

cálculo para empresas optante do Regime Simples Nacional, essa redução sofre variação conforme o cálculo da alíquota efetiva e para o ano de 2019 apresentou o percentual de redução conforme Tabela 38:

TABELA 46 – PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DE BASE ICMS SIMPLES NACIONAL

(continua)

Mês	Receita Tributada Anexo I	Percentual de Redução	Base ICMS
Janeiro	166.329,05	4,78	158.378,52
Fevereiro	263.611,81	4,80	250.958,44
Março	224.692,93	4,76	213.997,55
Abril	286.301,15	4,79	272.587,32
Maio	250.350,59	4,76	238.433,90
Junho	246.430,90	4,77	234.676,15

TABELA 47 – PERCENTUAIS DE REDUÇÃO DE BASE ICMS SIMPLES NACIONAL

(conclusão)

Mês	Receita Tributada Anexo I	Percentual de Redução	Base ICMS
Julho	165.549,34	4,77	157.652,64
Agosto	358.870,98	4,95	341.106,87
Setembro	160.993,07	5,17	152.669,73
Outubro	180.379,37	5,23	170.945,53
Novembro	270.440,41	5,29	256.134,11
Dezembro	97.797,54	5,69	92.232,86

Fonte: Apuração de Impostos Empresa ALFA

Na Tabela 39 estão dispostos os dados da apuração das receitas enquadradas no Anexo III.

TABELA 48 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO III

(continua)

TRIBUTOS	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS/CPP	ISS	TOTAL
JANEIRO							
Base:	12.700,00	12.700,00	12.700,00	12.700,00	12.700,00	12.700,00	
Alíquota:	0,751589	0,657576	2,408722	0,522321	8,154251	5,00	
Valor:	95,45	83,51	305,91	66,33	1.035,59	635,00	2.221,79
FEVEREIRO							
Base:	65.185,20	65.185,20	65.185,20	65.185,20	65.185,20	65.185,20	
Alíquota:	0,751050	0,657105	2,406995	0,521947	8,148407	5,00	
Valor:	489,57	428,34	1.569,00	340,23	5.311,56	3.259,26	11.397,96

MARÇO							
Base:	975,27	975,27	975,27	975,27	975,27	975,27	
Alíquota:	0,75232	0,658219	2,41108	0,522832	8,162229	5,00	
Valor:	7,34	6,42	23,51	5,10	79,60	48,76	170,73
ABRIL							
Base:	9.452,00	9.452,00	9.452,00	9.452,00	9.452,00	9.452,00	
Alíquota:	0,751214	0,65725	2,40752	0,52206	8,15018	5,00	
Valor:	71,00	62,12	227,56	49,35	770,36	472,60	1.652,99
MAIO							
Base:	41.766,41	41.766,41	41.766,41	41.766,41	41.766,41	41.766,41	
Alíquota:	0,752306	0,658203	2,411018	0,522819	8,162024	5,00	
Valor:	314,21	274,91	1.007,00	218,36	3.408,98	2.088,32	7.311,78
JUNHO							
Base:	71.753,91	71.753,91	71.753,91	71.753,91	71.753,91	71.753,91	
Alíquota:	0,751929	0,65787	2,40981	0,52256	8,1579	5,00	
Valor:	539,54	472,05	1.729,13	374,96	5.853,64	3.587,70	12.557,02

TABELA 49 – APURAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL EMPRESA ALFA ANEXO III

(continua)

JULHO							
Base:	9.505,12	9.505,12	9.505,12	9.505,12	9.505,12	9.505,12	
Alíquota:	0,751974	0,657912	2,409954	0,522588	8,158422	5,00	
Valor:	71,48	62,54	229,07	49,67	775,47	475,26	1.663,49
AGOSTO							
Base:	25.692,75	25.692,75	25.692,75	25.692,75	25.692,75	25.692,75	
Alíquota:	0,745667	0,652396	2,389745	0,518206	8,090013	5,00	
Valor:	191,58	167,62	613,99	133,14	2.078,55	1.284,64	4.469,52
SETEMBRO							
Base:	16.834,55	16.834,55	16.834,55	16.834,55	16.834,55	16.834,55	
Alíquota:	0,737496	0,645251	2,363566	0,512530	8,001391	5,00	
Valor:	124,15	108,63	397,90	86,28	1.347,00	841,73	2.905,69
OUTUBRO							
Base:	8.323,11	8.323,11	8.323,11	8.323,11	8.323,11	8.323,11	
Alíquota:	0,735611	0,643602	2,357524	0,511219	7,980938	5,00	
Valor:	61,23	53,57	196,22	42,55	664,26	416,16	1.433,99
NOVEMBRO							
Base:	10.650,09	10.650,09	10.650,09	10.650,09	10.650,09	10.650,09	
Alíquota:	0,733286	0,641569	2,350076	0,509604	7,955725	5,00	
Valor:	78,10	68,33	250,29	54,27	847,29	532,50	1.830,78
DEZEMBRO							
Base:	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66	93.913,66	
Alíquota:	0,719427	0,629448	2,305667	0,499975	7,805394	5,00	
Valor:	675,64	591,14	2.165,34	469,54	7.330,33	4.695,68	15.927,67
Valor Total						63.543,41

Fonte: Apuração de Impostos Empresa ALFA

Por meio da Tabela 39, nota-se que o percentual de ISSQN já atingiu o percentual máximo de 5%, e seu excedente é distribuído ao demais impostos que compõem o anexo.

Ainda das apurações da empresa ALFA, foram extraídos os dados de ICMS Antecipação, devido pela empresa por força do Decreto Estadual 442/2015 que regulamenta a Resolução n. 13/2012 do Senado Federal, aplicável aos produtos importados, os valores apurados para o ano de 2019, estão apresentados na Tabela 40.

TABELA 50 – VALORES DEVIDOS DE ICMS ANTECIPAÇÃO – COMPRA DE MERCADORIAS IMPORTADAS

MÊS	INCIDÊNCIA	VALOR ICMS Antecipação
1	Comprar para Comercialização	11.676,35
2	Comprar para Comercialização	7.122,09
3	Comprar para Comercialização	21.498,43
4	Comprar para Comercialização	11.842,94
5	Comprar para Comercialização	8.759,84
6	Comprar para Comercialização	8.554,45
7	Comprar para Comercialização	5.589,59
8	Comprar para Comercialização	17.306,94
9	Comprar para Comercialização	5.051,43
10	Comprar para Comercialização	8.500,41
11	Comprar para Comercialização	12.489,06
12	Comprar para Comercialização	8.218,46
Total		126.609,99

Fonte: Apuração de Impostos Empresa ALFA

Os dados da Tabela 40 demonstram o saldo dos valores apurados durante o ano de 2019 para de Recolhimento de ICMS antecipação de mercadorias vindas de fora do estado do Paraná a alíquota de 4%.

4.4 SIMULAÇÃO DE APLICAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Para a simulação de Cálculo do Lucro Presumido foi necessária a extração dos seguintes dados relativos ao exercício de 2019 das demonstrações contábeis e apurações de impostos da empresa ALFA conforme dados apresentados na Tabela 41:

TABELA 51 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO PRESUMIDO

(continua)

Conta Contábil	Valor
Venda de mercadorias	2.676.604,98
Serviços prestados	366.752,07
Salários e ordenados	160.061,41
13º Salário	18.124,87
Férias	35.108,09

TABELA 52 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO PRESUMIDO

(conclusão)

Indenizações e aviso prévio	10.099,14
Comissões	143.492,39
Compra de mercadorias para revenda	1.671.360,71
Crédito de ICMS	71.500,00
ICMS antecipação 4%	126.609,99

Fonte: Demonstrações Contábeis Empresa ALFA

Para simulação do cálculo do Lucro Presumido levou-se em consideração o regime cumulativo para PIS e COFINS regido de acordo com a Lei 9.718/1998, sob as alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente, sobre a soma de Venda de Mercadorias e Serviços Prestados, não havendo desconto de créditos para estes impostos federais, calculando-se o valor das contribuições devidas diretamente sobre a base de cálculo. No que tange ao ICMS foi aplicado a metodologia não cumulativa, conforme disposto no artigo 25º do RICMS/PR, e a alíquota de 18% sobre a venda de mercadoria. Para IRPJ e CSLL, por haver segregação da receita, e de acordo com os artigos 33 e 34 da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, os percentuais de presunção para a Venda de Mercadorias são de 8% de IRPJ, e 12% de CSLL e para a Prestação de Serviço de 32% para ambos os impostos a alíquotas de 15 e 9% respectivamente. Ao IRPJ foi acrescido o adicional de 10% de acordo com o RIR/2018, e por se tratar de cálculo sobre o montante do exercício de 2019 foram deduzidos da base 240 mil reais. Ainda foi necessário calcular do valor de INSS Patronal incidente sobre a folha de pagamento, sob a alíquota 20%, e alíquota de 5% para o ISS de acordo com alíquotas estabelecidas pelo Município de Curitiba, o valor devido de cada tributo está descrito conforme Tabela 42:

TABELA 53 – SIMULAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

(continua)

Tributo	Base de Cálculo	Alíquotas	Valor do Débito
PIS	3.043.357,05	0,65%	19.781,82
COFINS	3.043.357,05	3,00%	91.300,71
ISS	366.752,07	5,00%	18.337,60
IRPJ Mercadoria	214.128,40	15%	32.119,26
IRPJ Serviços	117.360,66	15%	17.604,10

TABELA 54 – SIMULAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

(conclusão)

Tributo	Base de Cálculo	Alíquotas	Valor do Débito
IRPJ Adicional DE 10%	91.489,06	10%	9.148,91
CSLL Mercadoria	321.192,60	9%	28.907,33
CSLL Serviços	117.360,66	9%	10.562,46
ICMS	2.676.604,98	18,00%	481.788,90
INSS Patronal	366.885,90	20,00%	73.377,18
Total de Débitos de Tributos e Encargos Sociais			782.928,27

Fonte: Autora (2020)

Para o ICMS há a possibilidade de recuperação de créditos sobre as compras, assim é necessário realizar simulação para apuração do valor a recolher, conforme apresentado na Tabela 43:

TABELA 55 – APURAÇÃO DO ICMS NORMAL

A - Débito de ICMS	481.788,90
B- Crédito de ICMS	71.500,00
(A-B) ICMS A Recolher	410.288,90

Fonte: Autora (2020)

Apesar das compras para revenda da empresa estar acima de 1,6 milhões, o crédito de ICMS é baixo, já que os produtos são importados e adquiridos na alíquota de 4%. No entanto, dentro do regime não cumulativo do ICMS, o contribuinte obrigado a recolher a antecipação do referido imposto, tem direito a se creditar dessa antecipação. Sendo assim essa apuração é feita apenas em conta gráfica não gerando valores a recolher para empresa, conforme Tabela 44:

TABELA 56 – APURAÇÃO DO ICMS ANTECIPAÇÃO 4%

A - Débito de ICMS	126.609,99
B- Crédito de ICMS	126.609,99
(A-B) ICMS A RECOLHER	0,00

Fonte: Autora (2020)

Depois da apuração do valor a recolher de ICMS, a Tabela 45 apresenta o montante de impostos e encargos sociais a serem apurados dentro da sistemática do Lucro Presumido:

TABELA 57 – TRIBUTOS A RECOLHER LUCRO PRESUMIDO

Tributo	Valor a recolher
PIS	19.781,82
COFINS	91.300,71
ISS	18.337,60
IRPJ	58.872,27
CSLL	39.469,79
ICMS	410.288,90
INSS Patronal	73.377,18
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher.....	711.428,27

Fonte: Autora (2020)

Com base na análise da tabela 45 o total de encargos tributários da simulação do Regime Lucro Presumido é de R\$ 711.428,27. O total da receita da empresa é de 3.043.57,05, ou seja, os impostos sobre o faturamento equivalem a 20,07% da receita bruta, já que no Lucro Presumido o INSS Patronal é calculado sobre a Folha de Pagamento.

4.5 SIMULAÇÃO DO LUCRO REAL

Para a simulação de Cálculo do Lucro Real foi necessária a extração dos seguintes dados relativos ao exercício de 2019 das demonstrações contábeis e apurações de impostos da empresa ALFA apresentados na Tabela 46:

TABELA 58 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO REAL

(continua)

Conta Contábil	Valor
Venda de mercadorias	2.676.604,98
Serviços prestados	366.752,07
Salários e ordenados	160.061,41

TABELA 59 – INFORMAÇÕES PARA SIMULAÇÃO DE CÁLCULO LUCRO REAL

(conclusão)

Conta Contábil	Valor
13º Salário	18.124,87
Férias	35.108,09
Indenizações e aviso prévio	10.099,14
Comissões	143.492,39
Compra de mercadorias para revenda	1.671.360,71
Crédito de ICMS	71.500,00
ICMS antecipação 4%	126.609,99
Lucro do exercício	52.300,00
Simples nacional apurado no exercício	373.563,49

Fonte: Demonstrações Contábeis 2019 Empresa ALFA

Para simulação do cálculo do Lucro Real levou-se em consideração o regime não cumulativo para PIS e COFINS, permitido apenas para este regime tributário, de acordo com a Lei 9.718/1998 sob as alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre a soma de Venda de Mercadorias e Serviços Prestados, os créditos foram apurados sobre o montante de compras por meio das mesmas alíquotas utilizadas para apurar o débito de PIS e COFINS. No que tange ao ICMS, foi aplicado a metodologia não cumulativa, conforme disposto no artigo 25º do RICMS/PR, e a alíquota de 18% sobre a venda de mercadoria. Ainda foi necessário calcular do valor de INSS Patronal incidente sobre a folha de pagamento, percentual de 20%, e alíquota de 5% para o ISS de acordo com alíquotas estabelecidas pelo Município de Curitiba, o valor devido de cada tributo está descrito conforme Tabela 47:

TABELA 60 – SIMULAÇÃO DO LUCRO REAL

Tributos e Encargos	Base	Alíquota	Valor
PIS	3.043.357,05	1,65%	50.215,39
COFINS	3.043.357,05	7,60%	231.295,14
ISS	366.752,07	5,00%	18.337,60
ICMS	2.676.604,98	18,00%	481.788,90
INSS Patronal	366.885,90	20,00%	73.377,18
Total de Impostos e Encargos.....			855.014,21

Fonte: Autora (2020)

Para IRPJ e CSLL de acordo com o RIR/2018 foi necessário a apuração do Resultado do Exercício Ajustado, tendo em vista que o lucro apresentado na Demonstração de Resultado da empresa deduz o valor do Simples Nacional devido durante o exercício de 2019. Após o ajuste foram excluídos do resultado ajustado os novos débitos de impostos gerados pela metodologia de cálculo do Lucro Real, conforme Tabela 48:

TABELA 61 – RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO

Dados Extraídos do Balanço	Valor		
(+) A - Resultado (Lucro)	52.300,00		
(+) B - Simples Nacional	373.563,49		
(A+B) Lucro Ajustado	425.863,49		
Tributos e Encargos	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
(-) C – PIS	3.043.357,05	1,65%	-50.215,39
(-) D - COFINS	3.043.357,05	7,60%	-231.295,14
(-) E - ICMS	2.676.604,98	18,00%	-481.788,90
(-) F - ISS	366.752,07	5,00%	-18.337,60
(-) G - INSS Patronal	366.885,90	20,00%	-73.377,18
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO (A+B) - (C a G)			-429.150,72

Fonte: Autora (2020)

Como os créditos de PIS e COFINS reduzem o custo de venda de mercadorias, cabe ainda ajustar no Resultado da Tabela 48, com os valores da apuração desses créditos, conforme apresentado na Tabela 49:

TABELA 62 – RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS

(continua)

Dados Extraídos do Balanço	Valor		
(+) A- Resultado (Lucro)	52.300,00		
(+) B - Simples Nacional	373.563,49		
(A+B) Lucro Ajustado	425.863,49		
Tributos e Encargos	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
(-) C – PIS	3.043.357,05	1,65%	-50.215,39
(-) D - COFINS	3.043.357,05	7,60%	-231.295,14
(-) E - ICMS	2.676.604,98	18,00%	-481.788,90

TABELA 63 – RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS

(conclusão)

Tributos e Encargos	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
(-) F - ISS	366.752,07	5,00%	-18.337,60
(-) G - INSS Patronal	366.885,90	20,00%	-73.377,18
(=) Lucro Real (A+B) - (C a G)			-429.150,72
(+) H - CRÉDITOS DE PIS	1.671.360,71	1,65%	27.577,45
(+) I - CRÉDITOS DE COFINS	1.671.360,71	7,60%	127.023,41
(=) RESULTADO DO EX (A+B) - (C a G) + (H E G)			-274.549,85

Fonte: Autora (2020)

O Resultado do Exercício para Simulação de IRPJ E CSLL se apresenta de forma negativa, ou seja, a empresa apresentaria Prejuízo como resultado do exercício, considerando-se que todas as despesas lançadas são dedutíveis e que não há adições a realizar neste resultado, não haveria apuração de IRPJ e CSLL, para essa simulação, este valor apenas seria incluído na base negativa da CSLL, e estaria representado na parte B do LALUR. Cabe ainda, apurar o valor a recolher para PIS e COFINS, de acordo com a Tabela 50:

TABELA 64 – APURAÇÃO VALOR A RECOLHER PIS E COFINS

Apuração do PIS	Valor	Apuração da COFINS	Valor
A - Débito de PIS	50.215,39	A - Débito de COFINS	231.295,14
B - Crédito de PIS	27.577,45	B - Crédito de COFINS	127.023,41
(A-B) PIS a Recolher	22.637,94	(A-B) COFINS a Recolher	104.271,72

Fonte: Autora (2020)

Quanto ao ISS, ICMS e INSS Patronal, de nada difere o cálculo do Lucro Presumido para o Lucro Real, sendo que para Lucro Real a grande diferença é a não cumulatividade de PIS e COFINS e a apuração de IRPJ e CSLL sobre o resultado real apresentado pela empresa, sendo assim o montante de impostos a recolher no Regime Lucro Real, está demonstrado na Tabela 51:

TABELA 65 – TRIBUTOS A RECOLHER LUCRO REAL

Tributos e Encargos	Base	Alíquota	Valor
(+) PIS	3.043.357,05	1,65%	50.215,39
(-) Créditos DE PIS	1.671.360,71	1,65%	-27.577,45
(+) COFINS	3.043.357,05	7,60%	231.295,14
(-) Créditos DE COFINS	1.671.360,71	7,60%	-127.023,41
(+) ISS	366.752,07	5,00%	18.337,60
(-) ICMS	2.676.604,98	18,00%	481.788,90
(-) Créditos ICMS	Notas fiscais ALFA	4,00%	-71.500,00
(+) INSS Patronal	366.885,90	20,00%	73.377,18
Total de tributos e encargos a recolher			628.913,35

Fonte: Autora (2020)

Com base na análise da tabela 51 o total de encargos tributários da simulação do Regime Lucro Real é de R\$ 628.913,34.

4.6 COMPARAÇÃO ENTRE TRÊS REGIMES TRIBUTÁRIOS

Após a coleta de dados da apuração dos impostos sob o Regime Simples Nacional da empresa ALFA, e Simulação do cálculo dos impostos na metodologia do Lucro Presumido e Lucro Real, a Tabela 52, traz uma comparação dos valores dos impostos devidos nos três regimes tributários.

TABELA 66 – COMPARATIVO DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS

Tributos e Encargos	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
PIS	10.590,26	19.781,82	22.637,94
COFINS	48.875,76	91.300,71	104.271,72
ISS	18.337,61	18.337,60	18.337,60
IRPJ	20.057,18	58.872,27	-
CSLL	13.412,40	39.469,79	-
ICMS	100.389,24	410.288,90	410.288,90
ICMS Antecipação	126.609,99	-	-
INSS Patronal	161.901,02	73.377,18	73.377,18
Total	500.173,46	711.428,27	628.913,34

Fonte: Autora (2020)

Analisando a Tabela 52, nota-se que o Regime Tributário do Simples Nacional é por hora o mais vantajoso para empresa, pois proporciona economicidade no recolhimento dos tributos. A Tabela 53 traz o percentual de impostos sobre a Receita Bruta que cada Regime Tributário proporciona.

TABELA 67 – PERCENTUAL DE TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA

Regime Tributário	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
Tributos e Encargos	500.173,46	711.428,27	628.913,34
Receita Bruta	3.043.357,05	3.043.357,05	3.043.357,05
% de Impostos sobre Receita Bruta	16,43	23,38	20,67

Fonte: Autora (2020)

O Simples Nacional, possui o menor percentual sobre a receita bruta se comparado aos outros regimes, conforme a Tabela 53.

As micro e pequenas empresas enquadradas no simples gozam de tratamento diferenciado, o que as leva a ter menor número de obrigações acessórias ou as mesmas são prestadas ao fisco de maneira simplificada, como no caso da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, no simples nacional chamada de DEFIS, que deve ser apresentada dentro do PGDAS-D, contendo apenas informações detalhadas das compras realizadas pela empresa, distribuição de lucros aos sócios, pagamento de pró-labore e total das despesas realizadas pela empresa durante o ano calendário.

4.7 ANÁLISE, DISCUSSÃO E JUSTIFICATIVA.

Depois da comparação dos valores a recolher dos impostos, obtidos por meio das simulações e comparado ao atual regime da sociedade, Simples Nacional, nota-se que não haveria economia na mudança de regime tributário atual, e sim acréscimo da carga tributária.

O que encarece a operação dentro dos regimes tributários Lucro Presumido e Lucro Real é recolhimento do ICMS, como pode-se notar na Tabela 54

TABELA 68 – COMPARATIVO DO ICMS E ICMS ANTECIPAÇÃO

Tributos e Encargos	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
ICMS	100.389,24	410.288,90	410.288,90
ICMS Antecipação	126.609,99	-	-
Total	226.999,23	410.288,90	410.288,90

Fonte: Autora (2020)

Primeiramente, dentro do Regime Simples Nacional a empresa goza de redução de base de cálculo de acordo com a Tabela 38. Ademais, a alíquota interna está no patamar de 18% para os produtos do catálogo da empresa, além disso o crédito recuperável nas operações de compra não estimula a mudança de regime tributário, que é de apenas 4%, sobre as compras que são realizadas fora do Estado. Mesmo que, dentro do Simples Nacional o ICMS de antecipação seja devido sobre as operações de entrada com alíquota de 4% e caracterize um aumento de custo sem possibilidade de recuperação, o atual regime proporciona economicidade em se tratando de ICMS, pois dentro do Simples Nacional o valor do ICMS e ICMS antecipação chega a ser 44,67% menor que o ICMS que seria devido dentro dos Regime Lucro Presumido e Real.

Apesar do Simples Nacional ser um regime de recolhimento unificado dos impostos, vale lembrar que de acordo com a LC 123/2006, conforme alteração introduzida pela LC 155/2016, caso a receita bruta dos últimos 12 meses ultrapasse o limite 3,6 milhões, para os impostos ISS e ICMS, os valores devidos desses tributos

devem ser recolhidos diretamente aos cofres municipais e estaduais. Hoje a faixa de cálculo da alíquota efetiva para o Simples Nacional da empresa já é a 5ª Faixa, e conforme a receita bruta acumulada apresentada na Tabela 53, a receita já ultrapassa a faixa de 3 milhões.

Para o ISS conforme demonstrado na Tabela 52, não há modificação do valor a recolher, pois a alíquota máxima de ISS já foi alcançada pela empresa, no entanto para o ICMS, caso a empresa ultrapasse 3,6 milhões, além de perder o benefício de redução do ICMS concedido aos optantes do Simples Nacional, a empresa ALFA passará a adotar alíquotas maiores de ICMS, o que gerará maior custo com esse imposto. Sendo assim, uma análise tributária deve sempre levar em consideração as perspectivas de crescimento da empresa a fim de considerar todos os cenários possíveis para decisão da escolha do melhor regime tributário.

Além disso, se analisarmos a Contribuição Patronal do INSS percebemos que o Regime do Simples Nacional apresenta maior custo para essa contribuição, já que dentro deste Regime a base de cálculo é o faturamento da empresa, e para os Regime Lucro Real e Presumido a Base de Cálculo é a Folha de Pagamento.

Para PIS e COFINS, mesmo o Lucro Real sendo não cumulativo para esses impostos, como ele tem alíquotas maiores, 1,65 e 7,6%, respectivamente, mesmo descontando os créditos apurados sobre a compra de mercadorias, o valor a pagar continua menos atrativo que do Regime Simples Nacional, onde as alíquotas não ultrapassam 1 ponto percentual se pensarmos do ponto de vista que a empresa está sempre na busca dos aumentos dos lucros essa seria apenas uma economia temporária, que seria escriturada como compensação para exercícios futuros, porém com a limitação de 30%.

Para o IRPJ e CSLL a simulação do Lucro Real não apresentou base de cálculo, pois após ajustar o resultado da empresa com os novos débitos de impostos dentro do Regime, a empresa teria uma Prejuízo Fiscal, no entanto,

Apesar do cálculo não trazer perspectivas atuais de mudança de regime, é necessário estar sempre atento. O Regime do Simples Nacional vigora com limite de faturamento para enquadramento, se empresa ultrapassar 4,8 milhões no ano calendário anterior, teria que migrar obrigatoriamente para um novo regime tributário,

conforme sua escolha, sendo ele, Lucro Real ou Presumido, salvo casos em que seja obrigatório o enquadramento no Lucro Real. Sendo assim o planejamento tributário deve ser revisto, afinal a empresa visa o crescimento dos negócios, e a mudança do cenário econômico pode fazer com que outros Regimes Tributários em vigor sejam mais vantajosos. A empresa atua como revendedora e prestadora de serviços, assim seu faturamento é somado para determinação da faixa de enquadramento do Simples Nacional, na Tabela 55 temos o valor segregado da receita total da empresa:

TABELA 69 – SEGREGAÇÃO DA RECEITA

Tipo de Receita	Valor
Venda de mercadorias	2.676.604,98
Serviços prestados	366.752,07
Total	3.043.357,05

Fonte: Autora (2020)

Para se manter dentro do Simples Nacional, um possível segundo CNPJ para a separação dos segmentos seria uma alternativa para a permanência no Simples Nacional e redução da faixa de cálculo da alíquota efetiva dentro dos Anexo I e III aos quais a empresa está submetida, no entanto, é necessário estar sempre atento as condições que possam tornar uma empresa impossibilitada de optar pelo Simples Nacional, além de analisar como a composição societária em ambas as empresas pode acarretar soma de faturamento conforme exemplo de demonstrado no Quadro 5:

QUADRO 5 – SOMA DE FATURAMENTO EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

<p>1 - Empresa ALFA PRESTADORA DE SERVIÇOS - OPTANTE SIMPLES NACIONAL Sócio AB – participação 80% Sócio CD – participação 20% TOTAL FATURAMENTO: 2.500.000,00</p> <p>2 - Empresa BETA REVENDEDORA - OPTANTE SIMPLES NACIONAL Sócio AB – participação 10% Sócio CD – participação 90% TOTAL FATURAMENTO: 2.500.000,00</p> <p>Soma de faturamento das empresas 1 e 2R\$ 5.000.000,00</p>

Fonte: LC 123/2006

De acordo com o Quadro 5, as empresas 1 e 2 não poderão permanecer no Simples Nacional, pois a soma de faturamento das duas supera o limite de 4,8 milhões previsto na LC 123/2006, a legislação determina que seja somado o faturamento independentemente do percentual de participação dos sócios no capital, para duas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Vale lembrar que não é só o faturamento que limita a adesão ao Simples Nacional, existem outros fatores como ramo de atividade, participação societária de sócios acima de 10% em outras empresas que não sejam Optante pelo Simples nacional, sócio residente no exterior, ou até mesmo manter-se em dia com o fisco das três esferas, sejam por cumprimento de obrigações acessórias ou pagamento de tributos. Assim um planejamento tributário vai além do faturamento, abrangendo até mesmo a combinação de negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No levantamento da legislação tributária vigente foram identificados no desenvolver do trabalho três regimes tributários frequentemente utilizados no país. Foi concluído um mapeamento dos principais tributos incidentes sob a empresa estudada, e levantada a metodologia de cálculo adotada a cada tributo dentro dos regimes, para definir qual seria seu melhor enquadramento tributário. E foi demonstrado de forma consubstanciada a opção mais vantajosa para empresa adotar como regime tributário.

Verificou-se que, neste momento, o Simples Nacional é o regime mais adequado para enquadramento da empresa ALFA, do setor de fornecimento de equipamento e serviços para processos industriais, pois este Regime proporciona menor desembolso financeiro para pagamento de impostos, além de proporcionar maior Margem Líquida, ou seja, menor custos com tributos a empresa, conforme apresentado na Tabela 56.

TABELA 70 – MARGEM LÍQUIDA PROPORCIONADA PELA SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tributos e Encargos	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
PIS	10.590,26	19.781,82	22.637,94
COFINS	48.875,76	91.300,71	104.271,72
ISS	18.337,61	18.337,60	18.337,60
IRPJ	20.057,18	58.872,27	-
CSLL	13.412,40	39.469,79	-
ICMS	100.389,24	410.288,90	410.288,90
ICMS Antecipação	126.609,99	-	-
INSS Patronal	161.901,02	73.377,18	73.377,18
Total	500.173,46	711.428,27	628.913,34
Receita Bruta	3.043.357,05	3.043.357,05	3.043.357,05
% de Impostos sobre Receita Bruta	16,43	23,38	20,67
Margem Líquida	2.543.183,59	2.331.928,78	2.414.443,71

Fonte: Autora (2020)

Apesar das simulações de cálculos de outros Regimes Tributários não trazerem perspectivas de redução de carga tributária, tal motivo não deve desestimular a prática do planejamento tributário. A final, mudanças nos cenários econômicos podem ocorrer a qualquer momento, e um planejamento tributário não deve levar em consideração, por

exemplo, apenas um tributo e sim a carga tributária como um todo. Além disso, há outros fatores que devem ser levados, em consideração como a sazonalidade dos negócios, rotatividade dos estoques e necessidade de capital de terceiros a ser empregado para o desenvolvimento da empresa.

No caso da empresa ALFA, com base em seu desempenho no exercício de 2019, uma mudança de regime, caso ela se mantenha nos patamares de faturamento apresentado não é vantajosa para empresa, pois não traz nenhum benefício, seja com redução de carga tributária ou aumento da lucratividade da empresa.

No entanto, um aumento de cerca de 20% do faturamento anual faria com que a empresa ficasse impedida de recolher o ICMS e o ISS na sistemática unificada do Simples Nacional, pois ultrapassaria o sublimite de R\$ 3,6 milhões. Conforme demonstrado na Tabela 57.

TABELA 71 – TOTAL DA RECEITA EM CASO DE AUMENTO DE 20%

Tipo de Receita	Valor
Venda de mercadorias	2.676.604,98
Serviços prestados	366.752,07
Total	3.043.357,05
Percentual de aumento	20%
Total	3.652.028,46

Fonte: Autora (2020)

Esse seria um fator importante para reanalisar um enquadramento tributário devido ao alto custo do ICMS.

O planejamento adequado pode demonstrar o crescimento de modo que a empresa se prepare e consiga permanecer em dia com seus fornecedores, clientes e devolvendo retorno aos sócios dos valores investido sobre o capital.

Como limitações dessa pesquisa, é necessário observar que não foram levantados conceitos e considerações detalhados sobre os tributos PIS, COFINS e ICMS, mesmo estes podendo afetar diretamente na escolha do melhor regime tributário. Ficando em aberto para estudos posteriores, uma nova análise sobre como a recuperação de créditos e alíquotas desses tributos podem influenciar no Planejamento tributário da empresa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. Direito Tributário Esquematizado. **Revista, atualizada e ampliada**, Rio de Janeiro, 10ª Edição Forense; São Paulo p.47 – 732, 2016.

BRASIL₁ - Lei 5.172 de 25 de outubro de 1.966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL₂ - Lei Complementar 126 de 14 de dezembro de 2016. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

BRASIL₃ - Lei Complementar 155 de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional.

BRASIL₄ - Lei 10.883 de 29 de dezembro de 2.003. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

BRASIL₅ - Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2.002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

BRASIL₆ - Lei 7.689 de 15 de dezembro de 1.988. Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.

BRASIL₇ - Decreto 9.580 de 22 de novembro de 2.018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

BRASIL₈ - Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

BRASIL₉ - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

BRASIL₁₀ - Instrução normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017. Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas.

BRASIL₁₁ - Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

BRASIL₁₂ - Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

BRASIL¹³ - Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

BRASIL¹⁴ - Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

BRASIL¹⁵ - Decreto nº 442 de fevereiro de 2015 do Estado Paraná.

BRASIL¹⁶ - Decreto N.º 7.871 de 29 de setembro de 2017. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Paraná - RICMS/PR.

BRASIL¹⁷ - Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal.

BRASIL¹⁸ - Constituição da república federativa do brasil de 1988.

CARLIN, E. L. B. Auditoria, Planejamento & Gestão Tributária. 3 Ed. Curitiba: Juruá, 2014.

CHAVES, F. C. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. São Paulo: Atlas, 2017.

COSTA, M. A. F. da. Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça: Ed Especial Petrópolis: Vozes, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Planejamento Tributário: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIGUEIREDO, N. M. A. Métodos e metodologia na pesquisa científica. 3 ed. Yendis, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RUDIO, F.V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamentos e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.